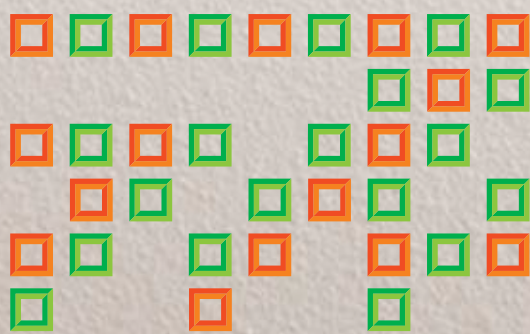


REFORMAR
para **COMPETIR**

16º Congresso
**Brasileiro do
Agronegócio**

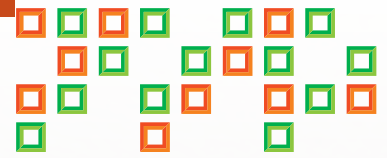


A N A I S
2017



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DO AGRONEGÓCIO





DIRETORIA DA ABAG

Presidente

Luiz Carlos Corrêa Carvalho

Vice-Presidente

Francisco Matturro

Diretores

Alexandre Figliolino

André Souto Maior Pessoa

Carlos Aguiar Neto

César Borges de Sousa

Christian Lohbauer

Eduardo Daher

Ingo Plöger

Luiz Lourenço

Marcello Brito

Marcos da Rosa

Mário Von Zuben

Paulo Renato Herrmann

Paulo César Dancieri Filho

Pedro Barros Barreto Fernandes

Urbano Campos Ribeiral

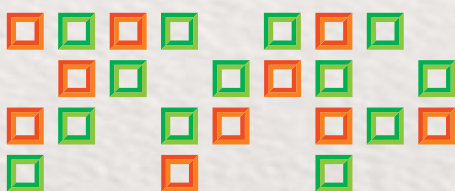
Valéria Militelli

Valmor Albino Schaffer

Weber Porto

Diretor-executivo

Luiz Antonio Cornacchioni



16º CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO

ANAIS

Coordenação

Gislaine Balbinot

Edição de Conteúdo

Luiz Antonio Pinazza

Apoio

Elizabeth Mochizuki

Emilia Dualibi Santos

Francisco Mesquita

Juliana Monti

Valmir Moraes

Revisão

Abgail Cardoso

Maria Inês Caravaggi

Design e produção gráfica

MW Design

Assessoria de comunicação

Mecânica de Comunicação

Produção

Wenter Eventos

Fotos

Gerardo Lazzari

CERIMÔNIA DE ABERTURA



MESA DE AUTORIDADES

Geraldo Alckmin

Governador do Estado de São Paulo

Luiz Carlos Corrêa Carvalho

Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG

Nilson Leitão

Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura

Antonio Duarte Nogueira

Prefeito de Ribeirão Preto

Roberto Brandt

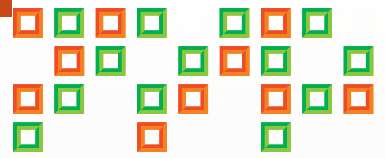
Presidente do Instituto CNA

Roberto Olinto Ramos

Presidente Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Arnaldo Jardim

Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



Antonio Mello Alvarenga Neto
Presidente da Sociedade Nacional
de Agricultura – SNA

André Rocha
Presidente do Fórum Sucoenergético

Antonio Carlos Megale
Presidente da Associação Nacional dos
Fabricantes de Veículos Automotores –
ANFAVEA

Francisco Turra
Presidente da Associação Brasileira de
Proteína Animal – ABPA

José Velloso
Presidente-Executivo da Associação
Brasileira da Indústria de Máquinas e
Equipamentos – ABIMAQ

Celso Luiz Moretti
Diretor Executivo da Empresa Brasileira de
Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

Marcelo Barbosa Vieira
Presidente da Sociedade Rural Brasileira

Márcio Lopes de Freitas
Presidente do Sistema da Organização
das Cooperativas Brasileiras – OCB

AUTORIDADES PRESENTES

Edivaldo Del Grande
Presidente da Organização das
Cooperativas do Estado de São Paulo

Itamar Borges
Deputado Estadual

Jerônimo Goergen
Deputado Federal

João Carlos de Souza Meirelles
Secretário de Energia e Mineração
do Estado de São Paulo

Marcos Montes
Deputado Federal

Pedro Mizutani
Presidente do Conselho da União da
Indústria de Cana-de-açúcar

Ricardo Salles
Secretário do Meio ambiente
do Estado de São Paulo

Sérgio Turra
Deputado Estadual

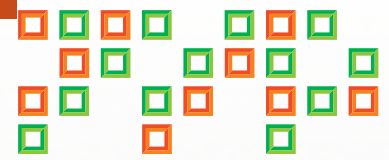
Shéridan Oliveira
Deputada Federal

AGRO COMO PLATAFORMA PARA ABERTURA DE MERCADOS



Luiz Carlos Corrêa Carvalho
Presidente da ABAG

Como boas novas neste 16º CBA, destacamos os recordes de produção e a participação de 46% do Agro nas exportações brasileiras. Graças ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ao trabalho da EMBRAPA, temos estudos de que o agricultor é o grande mantenedor do meio ambiente no Brasil.



Nesse contexto, destacam-se também a abertura da caixa de Pandora da corrupção no Brasil, o protecionismo dos países, o rompimento de acordos comerciais e o esvaziamento e o risco de blocos comerciais.

Colocamos duas questões como fundamentais para o nosso debate de hoje: Há um novo momento, com algum tipo de desarranjo, ou são, de fato, mudanças globais? Nessa nova desordem, estamos preparados?

Recentemente, a análise de Martin Wolf, publicada no jornal Financial Times, com base em estudos do FMI e da ONU, mostra que a participação do PIB dos países ricos e dos emergentes mudou radical-

mente. Os ricos, que eram 62% do PIB mundial em 1990, caem para 39% e, em 2022, empatam com os emergentes. O crescimento demográfico segue também nessa mesma lógica.

Essas projeções terão peso nos próximos anos, assim como também preocupa a desaceleração das fontes de dinamismo na tecnologia e na produtividade. O milho é um exemplo importante da queda secular de preços das commodities agrícolas, na média de 1,5% ao ano. Isso é uma mostra da relevância da produtividade, principalmente diante dos limites de expansão do uso das terras.

Projeções feitas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela



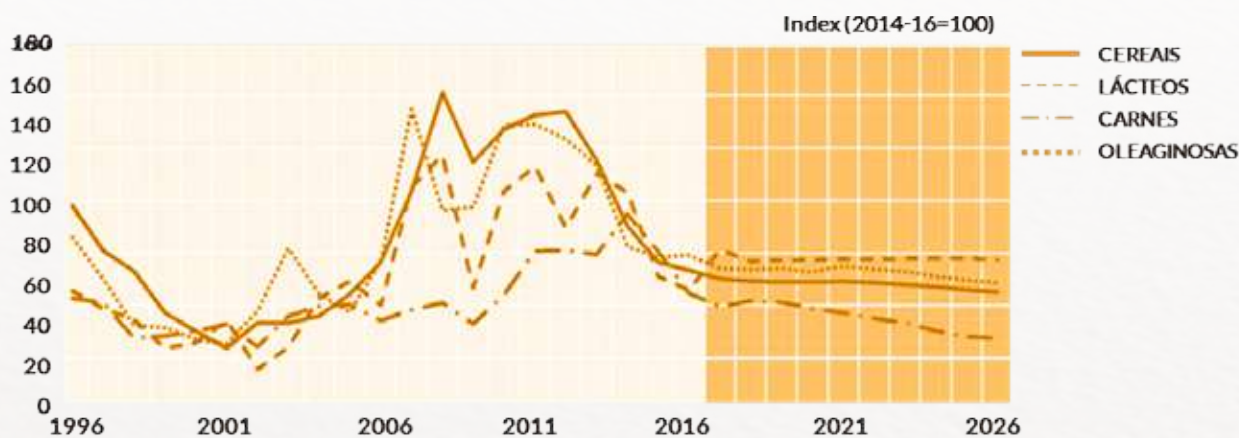
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) apontam queda na taxa de crescimento da demanda em relação à década anterior, com preços menores. Já a taxa de crescimento da produção na próxima década será a metade da prevista na década anterior, muito em cima do aumento da população.

Estudos do MAPA/EMBRAPA, de julho de 2017, indicam para os próximos 10 anos aumento na produção de grãos de 288 milhões de toneladas para 344 milhões. A colheita de milho ultrapassará a da soja. A cana também cresce, mas bem menos. Have-

rá grande crescimento sobre pastagens degradadas com menores produtividades iniciais.

Na última década, tivemos dois aspectos fundamentais. O primeiro é a capacidade de consumo extraordinária da China. O segundo é o fato de os biocombustíveis começarem a utilizar como matéria-prima os cereais, além de cana ou mesmo da beterraba açucareira, o que fez os preços das commodities agrícolas ficarem atrelados aos do petróleo. Para as cadeias produtivas brasileiras, isso é importante quando se fala em oleaginosas, cana e, agora, o milho na produção de etanol na Região Centro-Oeste.

EVOLUÇÃO, NO MÉDIO PRAZO, DOS PREÇOS REAIS DAS COMMODITIES



**Nos próximos 10 anos
aumento na produção de grãos de**

288 milhões de toneladas para

344 milhões.

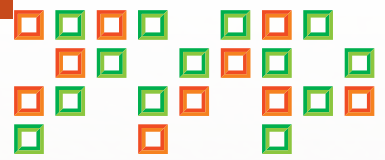
Outra questão é o efeito da sustentabilidade no chamado “poupa terra”. No Cerrado, a integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF) mostra ganhos de produtividade, que levam à redução de 11,5 milhões de hectares de pastagens e à possibilidade do uso de 50% dessas áreas para lavouras. No caso da cana, temos uma redução de 40% no investimento de plantio na consorciação com leguminosas.

O uso de aminoácidos reduz de forma impressionante o volume de produtos movimentados no mundo para produzir a engorda de animais, em termos de ganho de peso e conversão alimentar (um quilo de lisina para 54 quilos de peixes e dois quilos de metionina para 54 quilos de soja).

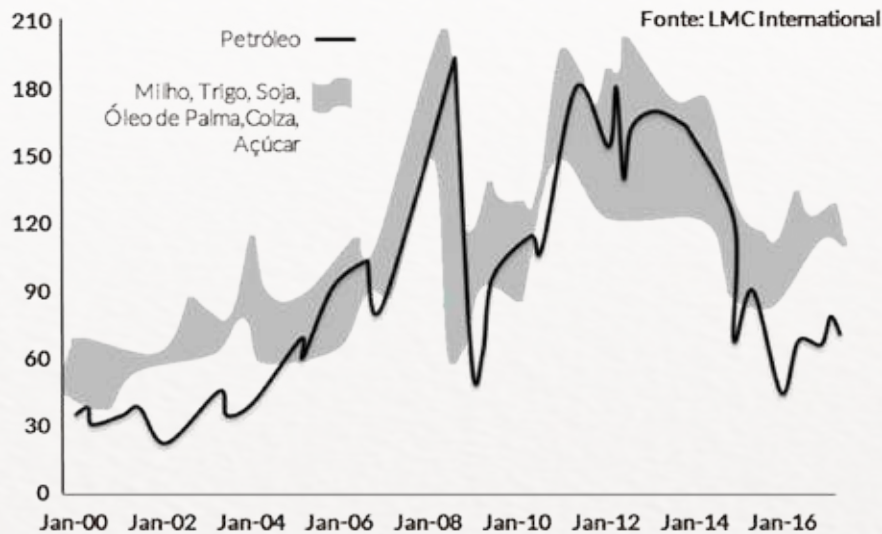
O livro Agricultura, Transformação Produtiva e Sustentabilidade, lançado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), no 15º CBA, mostra que o efeito “poupa terra”, no Brasil, entre 1985 e 2006, foi de 171 milhões de hectares (29 milhões na agricultura e 142 milhões na pecuária).

Esse processo se intensifica com as tecnologias associadas à Internet das Coisas (IoT), sensores, Big Data (TI), computação nas nuvens, inteligência artificial, mecatrônica, robótica e impressão 3D, veículos autônomos (tratores, robôs e drones), automação e agricultura de precisão, dentre outros.

O Brasil tem riqueza em alimentos, fibras, energias renováveis, óleos vegetais, papel e celulose e to-



biocombustíveis



dos os subprodutos obtidos. Por ano, 3 a 4 safras nas propriedades rurais geram renda e competitividade. Mas estamos espremidos entre dois polos. Primeiro, precisamos de REFORMAS ESSENCIAIS, pois o custo Brasil desfavorece e rouba a produtividade. Segundo, precisamos analisar como o Brasil fará a inserção do seu agronegócio na NOVA GEOPOLÍTICA MUNDIAL.

O cenário é de uma menor taxa de crescimento para as commodities agrícolas entre 2017 e 2026, em relação à última década, exceto para os produtos lácteos e o açúcar.

Nesse período, na soja, o Brasil superará a produção dos Estados Unidos, mas esses dois países responderão por 70% do crescimento das ven-

das do produto. As áreas cultiváveis seguirão aumentando no Brasil e na Argentina, enquanto em países importantes sofrem redução. O share do Brasil aumentará em açúcar, carnes, café e outros produtos fundamentais.

Isso dá a dimensão da importância do CONE SUL na estratégia da alimentação global. Será fundamental o posicionamento dos seus países, em termos de integração e atuação. Do lado do produtor, o GPS (Grupo de Países Produtores do Cone Sul) trabalha a questão pelo lado privado.

Nas commodities agrícolas, a concentração das exportações em poucos países e o grande número de países importadores mostram a importância e

No Cerrado, a integração Lavoura, Pecuária e Floresta (iLPF) mostra ganhos de produtividade, que levam à redução de de hectares de pastagens **11,5 milhões e à possibilidade do uso de **50%** dessas áreas para lavouras.**

suscetibilidade dos mercados globais aos choques de oferta.

Neste 16º CBA, discutiremos o senso de urgência para as reformas essenciais a serem conduzidas no Brasil. Em relação ao mercado de trabalho, ocupamos a 117ª posição em eficiência. Segundo a revista *The Economist*, a lei rígida do trabalho foi transplantada da Itália do presidente Mussolini, de 1941, para o Brasil. Temos a preocupação de que alguma Medida Provisória venha a ser usada para atender os sindicalistas.

Mesmo com a desvalorização cambial, o Brasil é cada vez mais caro em comparação com outros países, com uma carga tributária atual de 33% do PIB, um déficit nominal de 8% a 9% do PIB, previdência de 20% do PIB e mais juros. Resta pouco para as atividades fins do setor público. Além do ônus sobre a produção, cria-se um eterno contencioso e enorme irracionalidade na alocação dos recursos.

No Brasil, talvez, nunca tenha ficado tão evidente a necessidade de crescer. Será essencial um processo mais rápido de mudanças nos setores público e privado. Tudo deve começar na nossa mudança de atitude.

Convenhamos, não há mais espaço para desonerações, subsídios e suportes especiais de governo. Uma nova realidade deve levar a um novo Agro, consciente de sua força, de sua fragilidade e do seu papel.

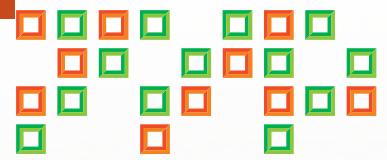
Não podemos aguardar a logística ficar à espera do orçamento do governo, da lógica de negociação e formalização dos contratos, que, sob o fogo da Operação Lava-Jato, será complexa e fundamental.

Como diferencial do Brasil, o Agro deverá ser a principal plataforma brasileira para a abertura dos mercados globais. A sua estruturação deve se basear na produção com produtividade, agregação de valor, armazenagem e comercialização moderna. Deve buscar no capital privado a alavanca para o objetivo da logística e do crédito na implantação dos modais redutores de perdas. Toda a cadeia produtiva tem de estar focada na nossa competência nos trópicos.

O exemplo do cooperativismo como estrutura para o desenvolvimento é importante para o Brasil. É o grande armazém de confiança presente no dia a dia da agropecuária brasileira. Sem dúvida, é a ferramenta mais adequada ao momento, com representatividade de 48% da produção do Agro.

Entre 2017 e 2026, o Brasil superará a produção de **soja** dos Estados Unidos, mas esses dois países responderão por

70% do crescimento das vendas do produto

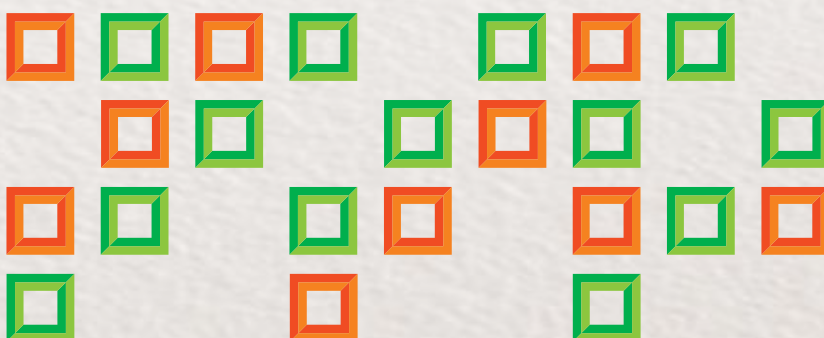


Fundamental, além da criação de um sistema efetivo, é a clareza daquilo que queremos, com disciplina e determinação. Governos devem legislar para, em teoria, assegurar competitividade aos mercados. No entanto, uma grande parte deles e grande parte dos empresários não agem assim. Reformas na legislação previdenciária, trabalhista, tributária e política são essenciais e urgentes.

Convidamos ao debate desses temas, neste 16º

CBA, com palestra e painéis sobre reformas fundamentais ao país e, ao final, uma Roda Viva, com agradecimento à TV Cultura pelo apoio, na temática da Geopolítica. Nossa gratidão aos patrocinadores apoiadores, às pessoas aqui presentes e aos receptores dos nossos sinais que estão nos vendo pela internet. Agradeço também a dedicação da equipe da ABAG, da Mecânica de Comunicação e da Wenter Eventos, que nos acompanham desde o início.

No Brasil, talvez, nunca tenha ficado tão evidente a necessidade de crescer. Será essencial um processo mais rápido de mudanças nos setores público e privado. Tudo deve começar na nossa mudança de atitude.

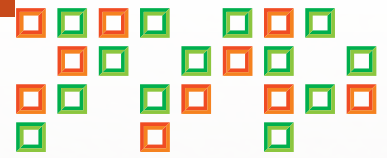


AGIR E AVANÇAR COM COMPETITIVIDADE

GERALDO ALCKMIN



Saudamos o setor, com seu DNA voltado à inovação, ao empreendedorismo e à ousadia. É a vanguarda do nosso país, com grande importância social e econômica, uma cadeia produtiva complexa, completa e dinâmica. Como dizem que o nosso tempo é o da velocidade da mudança, o 16º CBA veio em bom momento.



Na logística, investimos

R\$ 200 milhões

na hidrovía Tietê-Paraná, que beneficia também as Regiões Centro-Oeste e Sudeste. Mesmo diante de uma seca intensa, a hidrovía funcionará o ano todo.

É superimportante agirmos e avançarmos na competitividade. Conseguimos, pela primeira vez, editais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), para os institutos de pesquisa voltados exclusivamente à agricultura apresentarem os seus projetos. Para isso, a Assembleia Legislativa aprovou um recurso vultoso. Estamos empenhados, junto ao Poder Judiciário, para resolver a questão do Programa de Recuperação Ambiental (PRA).

Na logística, investimos R\$ 200 milhões na hidrovía Tietê-Paraná, que beneficia também as Regiões Centro-Oeste e Sudeste. Mesmo diante de uma seca intensa, a hidrovía funcionará o ano todo.

Para melhorar o acesso rodoviário a Santos, investiremos quase R\$ 300 milhões. Entregaremos, em 2018, a última etapa do Rodoanel, com a ligação da Dutra, em direção ao Rio de Janeiro, ao sistema viário da Anhanguera, Bandeirantes e Castello Branco. Junto com o Rodoanel, com a terraplanagem do Ferroanel, tiraremos o trem de carga da estação da Luz, com a ligação de Perus com Manuel Feio. Melhoraremos e ganharemos eficiência na logística.

Cumprimentamos a ABAG pelo tema essencial das reformas. Saímos de um modelo estatutário, de cima para baixo, para um moderno de relações contratuais. Não temos dúvida de que a reforma estimulará mais empregabilidade e diminuirá a in-

formalidade. Será uma conquista importantíssima.

Apesar de necessário, não é fácil fazer uma reforma tributária num país federativo, como é o Brasil. A melhor maneira é fazê-la em etapas. Defendo que no ICMS, deveríamos fazer uma escadinha. Hoje, a alíquota interestadual é muito alta, de 12% e 7%. Reduziríamos de 12% para 11%, e assim sucessivamente. Na reforma previdenciária, comemoramos essa beleza da mudança demográfica, mas temos o outro lado da justiça social. Não podemos ter dois sistemas de previdência. Para o setor privado, o INSS paga a média, por aposentado, de R\$ 1,1 mil; enquanto no setor público chega a R\$ 25 mil. A narrativa do governo não é só fiscal, mas de fazer justiça com os trabalhadores brasileiros.

Na reforma política, o presidente Charles de Gaulle dizia sobre a dificuldade de governar a França porque tinha muitos tipos de queijo e partidos políticos. Os 35 partidos existentes no Brasil não possuem 35 ideologias diferentes.

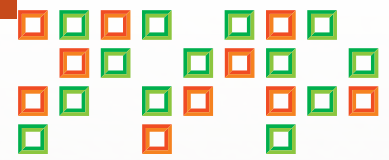
Na questão da inserção internacional, vivemos num planeta intenso e interconectado. O Brasil não pode ficar isolado. Na inserção internacional, como parte dos nossos grandes desafios, fazemos parte a realização de acordos e a presença nas grandes redes de produção do mundo. Precisamos avançar ainda mais, para melhorar a competitividade e ajudar o Brasil.

SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES

NILSON LEITÃO



Vivemos um momento político rico no Brasil. A superação das dificuldades passa pelos debates ideológicos. É sempre bom recordar a diferença enorme dos progressos recentes levados pelo Congresso, junto com o Planalto. Ninguém mais fala em terceirização. Quando lutávamos por isso, as mídias sociais decretavam o fim dos parlamentares que faziam a sua aprovação. Enfrentamos essa batalha com firmeza. Cerca de 10 milhões de brasileiros no campo foram beneficiados.



A realidade mudou com a reforma trabalhista, a lei do teto e a desburocratização da regularização fundiária. Há 40 anos, esperava-se por essa decisão. Muitas favelas, já na terceira geração, não tinham a dignidade de ter o título da sua casa. Aumentamos para 2.500 hectares o direito de os posseiros regularizarem sua propriedade rural, com impacto positivo, principalmente, na agricultura familiar da Amazônia.

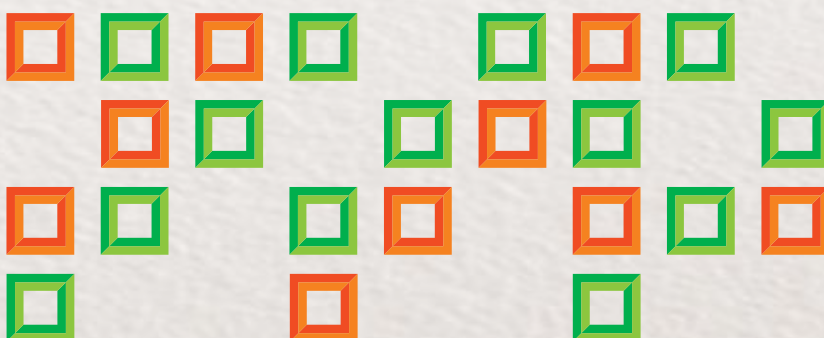
Com sanção presidencial, a resolução das condicionantes da Raposa-Serra do Sol, pronta desde governos passados, tornou-se lei. Com isso, demos transparência à demarcação das áreas indígenas no Brasil. Governadores, prefeitos, assembleias legislativas, câmaras de vereadores e Ministério

Público local serão comunicados das audiências públicas para discutir a demarcação, com todos reunidos na mesma sala.

Essas inovações, atualizações e modernizações farão também um Brasil novo daqui para frente. Nosso grande problema não está exatamente na ingerência que recebemos durante os últimos anos. Sozinhos, os parlamentares nunca conseguirão vencer nessa relação com o Estado. Precisamos de todos juntos nessa luta.

O próximo passo envolve a edição do projeto de lei do licenciamento ambiental, com votação no Congresso. Apesar de preservar 65% da sua área, o Brasil é perseguido por aqueles contra o seu desenvolvimento. Precisamos, portanto, de muita comunicação.

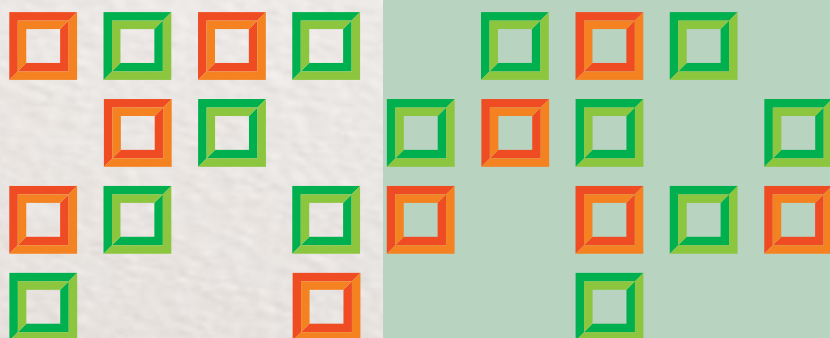
No Brasil o agro está presente em tudo, mas cabe entender a necessidade de acolher os povos indígenas e os pequenos produtores dentro da nossa legislação.



PALESTRA INAUGURAL



BRASIL E AS REFORMAS URGENTES





Carlos Sardenberg

Jornalista e Comentarista de Economia da Rede Globo e da Rádio CBN



Estávamos outro dia em um debate sobre cenários da economia brasileira. Como o PIB do primeiro trimestre veio melhor, com crescimento de 1%, discutíamos como seria o PIB do segundo trimestre. Alguns alegavam que o PIB era só Agro. Mas outros diziam que era um baita Agro, com seus efeitos espalhados pelo país. Então, de fato, existe um reconhecimento sobre a importância do agronegócio.

Também com frequência ouvimos a história de o Brasil ser só commodities, mas quando se consideram as análises internacionais, em relação à necessidade de alimentos, o pessoal fala da capacidade nacional. Fica a impressão das expectativas externas serem melhores do que as internas nesse assunto.

Hoje em dia, todos sabem que a produção de alimentos não é só jogar a semente na terra, passar algum tempo e depois colher. Há um trabalho de pesquisa e conhecimento para desenvolver uma produção de alta tecnologia. Deixa-se muito pouco nas mãos de Deus. O resto é feito pelas mãos dos homens.

Então, queremos dizer que tratamos de mostrar o agronegócio como ponto-chave da economia brasileira, com enorme eficiência na produção. Muitos negócios no Brasil são eficientes da porteira para fora, quando entra no mundo das relações políticas e dos lobbies. No Agro acontece o contrário.

Essa foi uma conquista conseguida ao longo de muitos anos. Que o país crie condições para o crescimento e a expansão contínua do agronegócio. Existe mercado potencial, tanto no Brasil quanto no exterior.

O mundo cresce e ficou mais rico. Depois de superar a crise de 2008, a sua economia retomou o crescimento. Enquanto a China desacelerou, a Índia teve um desempenho espetacular.

Uma maior renda per capita aumenta o consumo de alimentos. Isso significa mais mercado, um dado que devia estar sempre presente nas nossas expectativas.

Falamos de alguns temas clássicos da economia, como a questão da competitividade e das reformas. Ao mesmo tempo, passamos pela quadra política, com as turbulências no curto e longo prazo causadas pelas investigações da Operação Lava-Jato. Esses assuntos tratam de problemas episódicos e momentâneos, provocadores de tensão imediata muito grande, mas não é só isso

que está ocorrendo.

Na verdade, revelamos conflitos históricos do modelo econômico e político do Brasil. Não há como separar política, economia e ética. Um regime dominado pela corrupção é economicamente ineficiente. Criou-se aqui um tipo de capitalismo, que grandes empresas e negócios prosperam devido às boas relações com o governo e os partidos políticos. Isso é antieconômico.

Os livros e textos de economia mostram vários modelos de capitalismo criados mundo afora. Ficamos com dois modelos extremamente negativos, o capitalismo de estado e de amigos. Temos um estado enorme, de muitas empresas, com interferência na economia do país.

Nesse capitalismo de amigos prosperam as empresas com boas conexões. Uma coisa depende da outra. Um estado grande possibilita o oferecimento de facilidades aos negócios, em troca de financiamentos partidários. É muito duro dizer isso, mas é o que está sendo revelado.

Evidentemente, a situação melhorou de forma expressiva depois da queda do governo da presidente Dilma, com as administrações e os métodos do PT. Esse quadro pega nas expectativas do setor privado, que aparecem no boletim Focus, do Banco Central, preparado com critério científico. As instituições participantes trabalham com modelos iguais ou parecidos para fazer cenários semanais sobre inflação, PIB, taxa de juros e cotação do dólar, dentre outros. O ambiente melhorou de maneira sensível. Saímos de uma recessão, que começou no segundo semestre de 2014, com o primeiro PIB positivo no primeiro trimestre deste ano. O IPCA, índice oficial de inflação, no final de 2015, que tinha uma expectativa de 10% para 2017, caiu para perto de 3%. A taxa básica de juros (Selic), de 14,25%, deve fechar o ano próximo a 7,5%, com US\$ 60 bilhões de superávit comer-

cial. A taxa de câmbio, que estava em R\$ 3,90 para o dólar, teve queda.

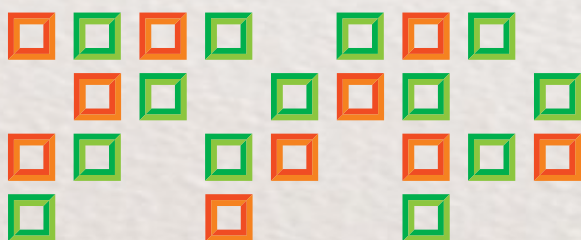
Nas contas do governo, tivemos superávits primários desde a introdução do Plano Real. De repente, voltamos a fazer déficits cada vez maiores, por conta de gastos descontrolados e errados. O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado para o Brasil desandar a crescer de uma maneira extraordinária. O que aconteceu? País e o setor público ficaram mais endividados, sem crescimento, com desemprego e inflação elevada.

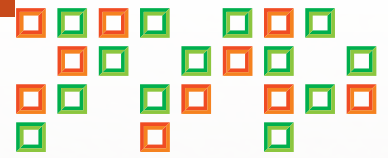
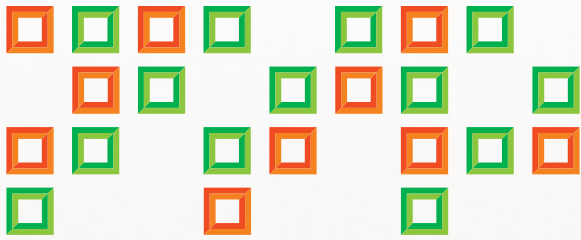
O Brasil foi vítima de uma política econômica equivocada, já praticada aqui e em outros países vizinhos. Um país em recessão, onde ninguém compra e vende, não pode ter inflação, mas essa taxa chegou a 11%. Acontece que o governo controlava os preços de maneira artificial, como na energia e combustível. Como uma hora haveria alta, o mercado antecipava o reajuste.

O resultado foi desastroso, sem consequência de nenhum fator internacional. Não precisamos tomar como referência o desempenho de países asiáticos. Em volta na América Latina, tínhamos o México, a Colômbia e o Chile, com crescimento e baixa taxa de inflação e de juros. O único país em situação pior era a Venezuela.

Com a introdução de uma equipe econômica competente, tivemos uma definição de uma política econômica precisa, clara e determinada. As reformas andaram. O teto de gastos representou uma mudança revolucionária. Durante anos a fio, a despesa do setor público aumentava, na média real, de 4% e 5% ao ano, independentemente da receita. A despesa, principalmente a previdenciária e de pessoal, chegou a um nível impagável.

Para o governo aumentar a receita há duas maneiras: a elevação da carga tributária e a tomada de empréstimos. Se o endividamento está no limite, só resta corte de despesas, com medida provisória e constitucional.





Iniciou-se, então, um ajuste fiscal da união e dos estados, com programa de reorganização do governo, com concessões e privatizações. O maior exemplo é a Petrobras, tomada por corrupção e má gestão, que se transformou na empresa petrolífera mais endividada do mundo.

Tínhamos, no Brasil, um processo de reorganização das suas bases econômicas, mas no meio corria a Operação Lava-Jato, com as investigações da Polícia Federal. Em 17 de maio passado, Joesley Batista revela a delação premiada na sua conversa com o presidente Temer. A Bolsa de Valores de São Paulo, que se aproximava dos 70 mil pontos, despencou para 65 mil. O dólar também caiu, mas retomou sua posição anterior ao fato.

Já a expectativa da taxa de inflação desabou, e a taxa de juros veio atrás. A grande recessão também força essa tendência. É uma situação bem diferente de quando a presidente Dilma mandou o Banco Central reduzir a taxa de juros para 7,25%, com a tendência de alta na inflação.

A credibilidade do Banco Central conta com a retomada da estabilidade na racionalidade da política econômica. A aprovação de algumas medidas foi importante, como o teto de gastos, a reforma trabalhista e a terceirização. A proposta de emenda constitucional do teto de gastos teve aprovação na câmara com 366 votos a favor e 116 contra. Foi um processo puramente político, sem compra de votos e de manobras fisiológicas.

Já na denúncia de corrupção passiva da Presidência, a Câmara de Deputados rejeitou a autorização para o Supremo Tribunal Federal (STF) realizar o julgamento com 263 votos contra e 227 a favor. Houve uma queda expressiva no resultado, quando comparado com o da emenda constitucional do teto, com diferentes aspectos na votação. Houve uma volta ao Brasil da fisiologia, com autorização de emendas, liberação de medidas provisórias e promessas de cargos. O velho modelo da política reapareceu.

Quando olhamos essas situações, pergun-

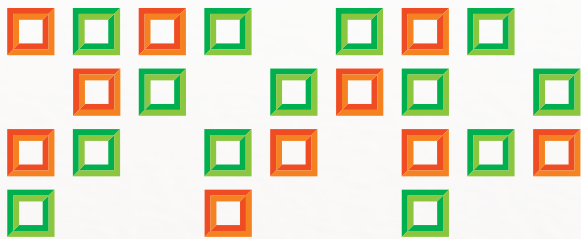
tamos sobre os próximos acontecimentos, se as reformas voltam e a existência de capacidade do governo para fazer as mudanças. A reforma da previdência é simbólica. Muitas decisões importantes rolam no Congresso, como a medida provisória da desoneração e o Refis. Nesses dois casos, a medida provisória enviada pelo governo teve grandes modificações no Congresso, com impacto na receita e preocupação na equipe econômica.

Evidentemente, o ponto político central é a reforma da previdência, com a necessidade de 308 votos a favor. O governo diz possuir 344 votos. Então, tomam-se os 263 votos recebidos contra a denúncia de corrupção e soma os votos recebidos a favor pelos deputados simpatizantes da reforma da previdência. O problema são os deputados que votaram a favor da denúncia e contra a reforma da previdência. Qual é a conta a ser feita?

A discussão se resume sobre qual será a reforma da previdência a ser aprovada. O entendimento dominante é que o governo cederá e fará uma reforma da previdência mais aguada.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, recomendou ao presidente Temer não ceder antes da hora da negociação no Congresso. O governo enfrenta dificuldades em juntar os votos necessários para realizar uma reforma complicada do ponto de vista político. Ela atinge os setores mais privilegiados, com aposentarias melhores e mais cedo.

As corporações de funcionários públicos, junto com os sindicatos e as grandes centrais, por sua vez, possuem uma enorme capacidade de influência sobre os parlamentares na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional. Outros riscos são as políticas citadas de concessão, privatização e reorganização dos governos e das estatais. Como as grandes empresas brasileiras na área de construção civil estão em situação complicada, as concessões e privatizações dependem de capital estrangeiro. Na reorganização do governo e das estatais, é preciso a existência de um governo em



funcionamento.

A concessão e a privatização envolvem a participação conjunta de Ministérios: Fazenda, Infraestrutura, Planejamento, Cidades, dentre outros. Mas o governo está mais preocupado com a sua sobrevivência do que com o andamento de qualquer tipo de programa. A situação atual constitui uma luta diária, com andamento de delações, como as do Eduardo Cunha e do Lúcio Funaro. Há claramente uma disputa entre a velha e a nova política.

A velha política, que vem lá de trás, está sendo revelada pelos eventos, processos e condenações nestes três anos da Operação Lava-Jato, com investigações espalhadas no país. E a questão é: Como fazemos e qual é o futuro? Existe um movimento claro para abafar a Lava-Jato. Muitos votos dos deputados pela rejeição da denúncia do presidente Temer são nessa direção.

No outro lado, vemos também procuradores com posições extremadas, com ação além da jurídica, na ideia de fazer uma limpeza geral na política brasileira. Como sempre acontece, o resultado final não será de vitórias absolutas, de um lado ou de outro. Também não poderá ser um meio-termo, de toma lá dá cá, de difícil execução.

Para Fernando Henrique Cardoso, independentemente dos acontecimentos nas próximas semanas e meses, caminhamos para as eleições da maior importância e renovadora, em 2018. Trocarão parlamentares da Câmara, governadores de estados e o presidente da República. Olhamos para os lados e concordamos com a velha frase clássica da ciência política: “Estamos em uma situação em que o velho já morreu, mas ainda não encontramos o novo”.

Ao contrário do que aconteceu na França, com a eleição de Emmanuel Macron, na sua primeira disputa. Como tinha sido chefe de gabinete do presidente Hollande, ele não era uma pessoa totalmente estranha aos quadros políticos.

No último debate da campanha eleitoral do

segundo turno, com o Macron e a Le Pen, surgiram dois temas que, de certo modo, temos aqui: a reforma trabalhista e a da previdência. A França possui uma jornada semanal baixa de 35 horas. A proposta de Le Pen era diminuir para 30 horas, ao contrário de Macron. Sobre a idade mínima de aposentaria, de 63 anos, Le Pen concordava em reduzir para 60 anos, em discordância com Macron. Com uma agenda clara e determinada, Macron sai vitorioso na eleição, com 60% dos votos.

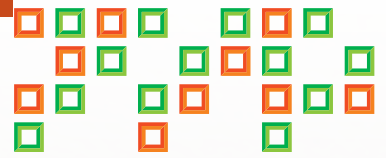
Esse é o grande ponto de interrogação existente no Brasil. Quem será o portador dessa agenda, que precisa ser bem explicada. A legislação trabalhista brasileira protege ao redor de 30% dos trabalhadores brasileiros. O desemprego geral no país é de 13%, enquanto o desemprego dos trabalhadores informais, com menor salário, é de 65%. O sistema é injusto.

Com o estabelecimento de várias outras modalidades de contrato de trabalho, permitiremos trazer o grupo de trabalhadores para o mercado formalizado. É uma agenda consistente, tanto do ponto de vista econômico como social, mas com a necessidade de ser exposta e defendida por alguém.

De novo, voltamos ao presidente Fernando Henrique Cardoso, quando ele fala que é preciso ‘fulanizar’ o novo. Precisa aparecer algum político ou liderança para encarnar essa nova agenda na política, na economia e na moral.

Temos de refazer as regras de financiamento da política e do sistema de escolha. Não é possível ter tantos partidos, uma eleição tão custosa e pessoas eleitas com compromissos fisiológicos. Então precisam mudar o sistema político e o sistema econômico. Não é possível continuarmos com um capitalismo em que boa parte das empresas para ter sucesso depende de bons contatos com o governo e os partidos no poder.

Temos de reestabelecer algumas coisas perdidas, como o cumprimento do equilíbrio das con-



tas públicas praticado no governo Fernando Henrique e no primeiro mandato do presidente Lula. Isso foi desmontado, o superávit tornou-se déficit, com aumento na dívida pública. Não é uma tarefa nem um momento fácil.

A melhor alternativa é a permanência dessa equipe econômica, de algum modo. Tocando o possível, mesmo sem grandes reformas para manter o controle das contas públicas e não deixar estourar o teto.

O país cresce pouco este ano. Os indicadores econômicos apontam uma recuperação cíclica da economia, mas de forma irregular. Existem setores indo muito bem, alguns em ritmos e velocidades diferentes e outros ainda não se recuperaram. Para o Banco Central, uma conjuntura de 'estabilidade com recuperação gradual'. Estabilidade quer dizer parar de cair. A situação do PIB da economia parou de piorar.

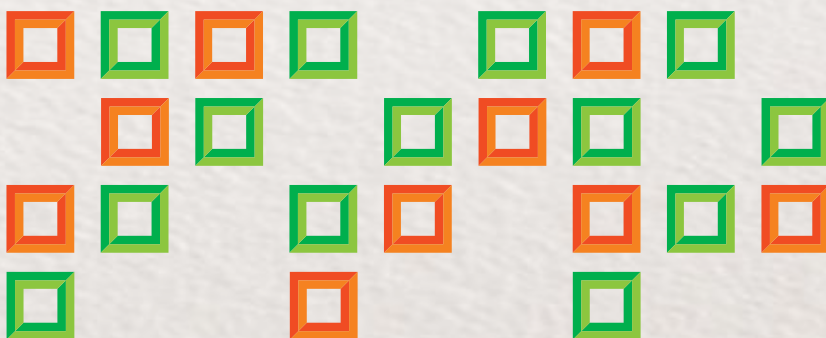
Então, temos uma recuperação gradual. Para 2018, há a expectativa de melhor desempenho, com a contribuição de taxa de juros e de inflação muito baixos. Como o agronegócio continua na salvação da economia, teremos uma recuperação melhor para o próximo ano. Um crescimento em

torno de 2%, ainda abaixo da média mundial e dos países emergentes.

Durante esses últimos momentos de tensão política, não houve movimentação de rua. A população está cansada, e o mercado percebeu que a troca do presidente seria indiferente, nem para melhor, nem para pior. Estamos numa espécie de um purgatório, na espera de um desfecho político, o embate entre o velho e novo na política.

Para concluir, temos três posições. A primeira aponta para a inocência dos políticos. A segunda, com base na política, da tese do "rouba, mas faz", dos anos de 1960. A terceira de que não dá mais para levar desse jeito.

Somos da terceira posição, de avançar na reforma para mudar o ambiente político, moral e o econômico. A Operação Lava-Jato é um ativo brasileiro. Existe corrupção em diversos países, e aqui no Brasil fazemos esse trabalho notável de combater o mal que nos atingiu durante muito tempo. Pelo mundo afora, há uma admiração pelo que está sendo feito no Brasil. As pesquisas mostram o pensamento da população, que desaprova os governantes envolvidos com as denúncias.



PAINEL 1

MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA



DEBATEDORES

Almir Pazzianotto

Sócio da Pazzianotto Pinto Consultoria

Sólon de Almeida Cunha

Sócio da Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

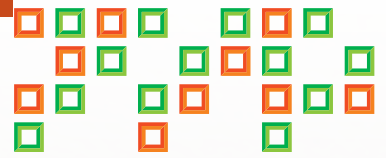
Walter Schalka

Presidente da Suzano Papel e Celulose

MODERADOR

William Waack

Jornalista



WILLIAM WAACK

É impossível imaginar um país competitivo, próspero e com capacidade de gerar o nível de riqueza necessário para sustentar o estado de bem-estar social, sem relações de capital e trabalho razoavelmente próximas, neste século XXI. Nesse aspecto específico da realidade brasileira, talvez vivemos um dos seus atrasos mais significativos e perigosos. De um ano para cá, por exemplo, mesmo com a crise política, tivemos a tramitação de um tipo de alteração na relação capital e trabalho. Registramos no noticiário o quanto que isso avançou e promete avançar.

Temos participado em vários eventos e diferentes tipos de ambiente, e a queixa é sempre a mesma: o que foi feito é bonito, porém muito tarde e pouco. Isso procede?



WILLIAM WAACK



ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

A reforma foi bem recebida, mas não temos ainda condições de avaliar com alguma precisão os seus resultados.

Essa reforma precisa ser encartada na CLT, de forte conteúdo tutelar, inspirada em legislações do começo do século passado. Tem uma pitadinha do manifesto comunista. O presidente Getúlio Vargas, na sua sabedoria política, fez a consolidação. Foi uma tentativa de colocar vinho novo em odre velho. Se o vinho novo combinará bem com o velho ou o odre, a justiça do trabalho decidirá.

Do ponto de vista de fundamentos, nada foi alterado. Sem pertencer ao Código Civil, o contrato de trabalho é normalmente celebrado entre duas pessoas físicas ou uma pessoa jurídica e uma pessoa física. Essa é uma divergência com o contrato de prestação de serviço previsto e regulamentado pelo Código Civil.

Na definição de empregado da CLT está o vínculo da dependência, enquanto no contrato civil isso não ocorre. O código estabelece a paridade de situações e a diferença é feita pela lei. No caso do contrato de trabalho, o empregado, não importa a sua posição hierárquica, salário e qualificação, é o chamado hipossuficiente, uma modalidade de relativamente incapaz.

WILLIAM WAACK

Então não conseguimos saber o alcance dessa reforma, porque será a Justiça do Trabalho que mexerá nisto?

SÓLON DE ALMEIDA CUNHA

Vejo a reforma de uma forma mais otimista. Nas relações trabalhistas, estávamos acostumados a ser normatizados pelo Tribunal Superior de Trabalho (TST). Se somarmos as suas súmulas e as orientações jurisprudenciais, o número supera os artigos da CLT. Nos últimos anos, tivemos uma intervenção grande do Judiciário nas relações trabalhistas. A reforma quebra esse paradigma, porque vem do Legislativo. Discutíamos a terceirização no Judiciário há 32 anos. O Legislativo deu uma resolução. A sociedade estava madura ao discutir, entender e analisar.

Ser do Legislativo, em primeiro lugar, admite a livre negociação na sociedade privada, tanto com o sindicato, como os detentores de salários superiores ao dobro do teto da previdência. Tida como um palavrão durante décadas, essa flexibilização dá maior autocomposição nos conflitos trabalhistas. As partes se entendem no local de trabalho. Há uma diminuição na tutela e no intervencionismo do Poder Judiciário Trabalhista. Pela lei diz, a Justiça do Trabalho poderá criar normas. Apesar de jurarem respeitar a lei, alguns juízes dizem: “Não respeitare-



SÓLON DE ALMEIDA CUNHA

mos isso”. Se chegarmos a esse ponto, o Supremo Tribunal Federal (STF), que tem desconsiderado várias decisões do TST, tomará medidas mais sérias.

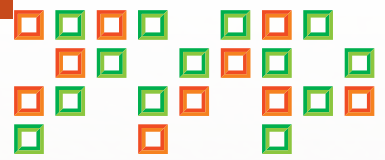


WALTER SCHALKA

WALTER SCHALKA

Precisávamos de uma revolução e não de uma evolução. Isso está dado de forma pragmática. O mundo do capital e do trabalho está em mudança. A inteligência cognitiva, lá na frente, reduzirá os postos de trabalho. Os novos mecanismos e as novas ações das empresas inseridas na internet. Vejam o impacto do Uber no Brasil. Teremos de discutir e resolver essa questão.

Em nossa opinião, como acontece em grande parte do mundo, a Justiça do Trabalho não deveria existir. Frente à consideração sempre da infantilização do trabalhador e das pessoas, montou-se um arcabouço de proteção aos hipossuficientes. E, infelizmente, também temos os maus empresários. Ficamos com um custo trabalhista muito superior ao do resto do mundo, sem gerar competitividade, criar empregos e atrair empresas e investimentos.



WILLIAM WAACK

Em que medida a proposta aprovada no Legislativo melhora essa situação catastrófica?

WALTER SCHALKA

A relação entre as partes acima do que está legislado permite uma flexibilização. Há uma busca de formas para atenuar uma série de proteções inadequadas criadas ao longo do tempo. Esperamos esse prevailecimento no curto prazo, sem ficarmos a discutir no Judiciário se elas são válidas ou não.

ALMIR PAZZIANOTTO

Sem dúvida, melhora. Rompeu-se o tabu da impossibilidade dogmática de uma revisão da CLT. A questão é se continuaremos a ter o Ministério do Trabalho com o seu setor da fiscalização, que é altamente politizado, mais as suas ações civis e inquéritos. Frequentamos isso desde 1961. Experimentamos uma enorme mudança nos últimos 20 anos. Havia pensamento ideológico de hipossuficiência e tutela, mais no sentido de buscar um equilíbrio.

Hoje, a Justiça, que tanto prezamos, transformou-se em fator de insegurança jurídica. Como o país é carente de desenvolvimento, geração de emprego e revolução tecnológica, a previsibilidade é uma grande necessidade. Vivemos um país do “se”.

Isso é marcante na área trabalhista. Há o fantasma do chamado passivo oculto, que ninguém sabe o montante da sua capacidade de expansão. Precisamos adaptar as regras brasileiras à realidade do século XXI, com o processo de globalização, a informatização e esse excedente de população desempregada com necessidade de qualificação cada vez maior de mão de obra. A CLT não é uma política para o trabalho.

SÓLON DE ALMEIDA CUNHA

Foge ao bom senso acreditar que a decisão de 27 ministros do TST, numa sala isolada e com análise vinculativa, conseguirá guiar o nosso avião. Isso será dirigido pelo capital. Vemos líderes sindicais que não querem levar os acordos para o sistema de tecnologia de informação (TI) no Tribunal. Existe a preocupação de que Ministério Público entrará com ação para anular aquele acordo. Há uma desobediência civil em curso. Perguntemos aos jovens de 20 a 30 anos sobre o sindicalismo e a justiça de trabalho no Brasil. Temos medo da resposta.

WILLIAM WAACK

Quando se fala de desobediência, está dizendo que a revolução está acontecendo?

SÓLON DE ALMEIDA CUNHA

Sim. As propostas dos líderes sindicais mais jovens e atuantes. Houve uma formação orgânica da liderança sindical dos empregados. O ponto de vista da área patronal precisa abrir o olho, pois os cartórios hereditários dos seus sindicatos precisarão acabar e formar jovens talentos. Isso é muito importante para fazer essa curva esperada. Não acreditamos na possibilidade dos ministros do TST fecharem em cúpula e frearem esta mudança.

WALTER SCHALKA

Estamos de acordo sobre acabar com os cartórios. Existem muitos privilégios no Brasil, tanto do lado sindical como no patronal. A eliminação da contribuição sindical obrigatória foi uma evolução dramática para mudar a cara dos sindicatos. Do lado patronal, deveria ocorrer a mesma coisa. Essa questão da contribuição obrigatória também leva a uma dissociação entre a realidade e a teoria.

A relação das pessoas nas empresas precisa mudar ao longo do tempo. Nas organizações mais modernas, o sistema de comando e controle é mais democrático e participativo, com uma relação entre capital e trabalho mais homogênea. O ranço diminuirá, mas ainda persistirá.

WILLIAM WAACK

O peso e a mentalidade da Justiça do Trabalho torna difícil pensarmos que essa reforma trabalhista signifique o começo de uma revolução muito melhor?

ALMIR PAZZIANOTTO

Falamos com absoluta convicção para pessoas práticas e objetivas. Não fazemos filosofia. Por trás dos 27 ministros existem os Tribunais Regionais, com 1.500 ou 1.800 juizes de primeiro grau. Malformados em faculdades de Direito de má qualidade, são raras as exceções que observam a realidade. Insistiram em concurso até serem aprovados e gostam de exercer a sua autoridade.

Além disso, há a Ordem à qual pertencemos cujo maior mercado de trabalho é a Justiça Trabalhista. Lá o cidadão não precisa saber absolutamente nada para ajuizar uma reclamação. Há uma chapa e um computador, de A até Z, em que se atira e acerta em alguma coisa.

Daremos exemplos de situações muito preocupantes na lei:

O primeiro é do relatório do deputado federal Rogério Marinho que diz, “não ter conseguido vencer as resistências encontradas dentro do Congresso para adotar um recibo final de quitação com eficácia ple-



na". Ali se manifesta a hipossuficiência e não importa a categoria do empregado. Qualquer coisa assinada pode ser questionada no Judiciário Trabalhista.

O recibo não impede a abertura de um processo trabalhista. Cerca de 90% dos empregados são demitidos sem justa causa, ainda que tenham praticado falta grave. O empregador precavido prefere pagar a demitir por justa causa, o que ele só faz em situações extremas.

Qual a validade que a Justiça dará ao recibo anual firmado por alguém que ainda é empregado, se não dá valor ao recibo firmado pelo ex-empregado, com assistência do seu sindicato ou do órgão local do Ministério do Trabalho?

Queremos ouvir e saber, antes de entender, o que a Justiça fará com esse recibo final de quitação.

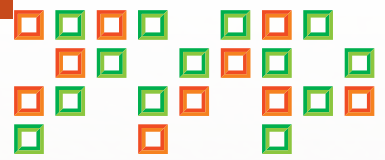
O segundo, dos limites impostos nos casos de assistência gratuita e da sucumbência. A Constituição da República, que está acima da lei, diz que, "o estado assegurará plena assistência judiciária a quem não dispuser de meios para arcar com as custas no processo". Se o cidadão se diz desempregado, empregado com salário mínimo e com encargos de família, a Justiça negará assistência judiciária?

Terceiro, do contrato de trabalho referente ao art. 44, que terá a mesma eficácia legal e preponderância sobre os regimentos coletivos, no caso de emprega-

do portador de diploma de nível universitário, com salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do regime de previdência social, em torno de R\$ 10 mil. A lei, então, limitou a hipossuficiência a pessoa sem curso superior e ganho abaixo deste valor.

Perguntamos como o Judiciário Trabalhista levará isso em conta? Referimos a uma lei com 70 anos de existência, sob a qual fomos criados e instruídos, com raízes profundas na cultura. Como ficam as garantias constitucionais? E se o empregado diz: "Aceitei o emprego nessas condições porque estava desempregado e não tinha outro recurso a não ser me curvar às exigências do empregador". Como o juiz do trabalho procederá diante de uma situação fática e real, se hoje frequentemente desconsidera, por exemplo, o princípio da legalidade?

Lutamos contra essa cultura implantada no início da década de 1940, mas que se alastrou e consolidou. A mudança dependerá de algo mais profundo. Será necessário remeter o contrato de trabalho para o Código Civil e, se a sociedade estiver de acordo, rever o papel da Justiça do Trabalho cujas competências estão na Constituição desde 1937 e não se altera mediante lei ordinária.



WILLIAM WAACK

Dá para sairmos da sala depois desse raciocínio do Almir, com o ponto de vista de que alguma coisa mudará?

SÓLON DE ALMEIDA CUNHA

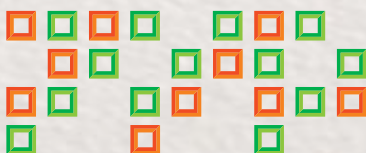
Temos um número insatisfatório de desemprego e um gigantesco de ações trabalhistas. Essa Justiça do Trabalho não é tão eficiente assim quanto parece. O Dr. Almir está certo quando diz: “Não será assim tão fácil, simples, quanto imaginam”. Mas sem a reforma estaremos muito piores. Daremos um exemplo: o Ministério Público entrou com uma ação na área médica, contra o hospital, com os dizeres: terceirização de atividade-fim, não existe hospital sem médico. Esse filtro acabou.

Hoje, se pode dar o vínculo pela subordinação e personalidade. O inquérito civil não será aberto pela mera condição de atividade-fim. O argumento de defesa das empresas com a reforma enriqueceu muito. Com mecanismos democráticos de solução de conflito, se o TST legislar, poderemos reclamar no STF. Toda ação tem reação. O Ministério Público do Trabalho não gostará, mas a sociedade terá mecanismo de defesa.

Vemos uma evolução. Os processos não terminam de um dia para outro, mas diminuirão no médio prazo. O empresário não consegue cumprir a sofisticação do modelo anterior na interpretação da lei trabalhista. Antes, o empregado recebia o pacote com o uniforme e dava o recibo. Hoje se discute a hora da troca, se antes ou depois de bater o ponto, a necessidade ou não à atividade, a lavagem e o produto componente. O empregador decidirá o que irá ou não conceder para os seus empregados. Há certo temor.

WALTER SCHALKA

O Pedro Malan falava que o Brasil é o único país onde até o passado é duvidoso. Essa legislação é uma evolução. Não sabemos se será entendida pelos lobos cuidadores dela. A reação deles preocupa. Fala-se que o orçamento anual da Justiça do Trabalho é de R\$ 14 a R\$ 16 bilhões. As questões do ensino e da indicação dos ministros são fundamentais. Há uma conotação política importante. A classe empresarial foi muito passível. Precisamos de sindicatos patronais e entidades como a ABAG no apoio político a candidatos.



Então, é um momento de resistência da nossa parte. De colocar pessoas em xeque, promover debates e inserir pautas jornalísticas. Julgamentos absurdos do TST também precisam ser submetidos a críticas. Nós acreditamos na volta do pêndulo. Não vemos possibilidade de a Justiça do Trabalho manter nesses moldes, sem tender a uma vara especializada da Justiça Federal e diluída nesse contexto.

ALMIR PAZZIANOTTO

Fomos ministro do Trabalho e ficamos 12 anos no TST. A principal ausência no setor empresarial é a de São Paulo. Talvez pela pujança e o vigor econômico, o estado tenha considerado desnecessária uma ação política à altura, sobretudo no Poder Legislativo. Norte e Nordeste atuam, agem, interferem e fazem lobby.

A lei foi necessária e possível nas circunstâncias. Várias reformas trabalhistas malograram. O presidente Jânio Quadros encarregou o professor Evaristo de Moraes Filho de elaborar um código de trabalho. O ministro Murilo Macedo, no final de 1970, incumbiu uma comissão interministerial, que preparou uma nova CLT, com a coordenação do professor Russo-mano. O Lula instalou o Fórum Nacional do Trabalho.

Creemos que nada deu certo, porque os objetivos não estavam bem definidos. Houve tentativas megalomaniacas. Precisamos de reformas pontuais e específicas.

A intensa judicialização de qualquer conflito trabalhista representa uma questão cultural subjacente. Tudo é submetido à Justiça do Trabalho, em parte por força da lei e da resistência do próprio Judiciário com os mecanismos extrajudiciais de solução (comissão de conciliação prévia, acordo direto e arbitragem).

Não haverá uma reforma digna desse nome se não formos olhar a Constituição. O art. 7º é uma espécie de CLT condensada. Já o art. 8º mantém a estrutura sindical com as raízes corporativas fascistas, com sindicato único, divisão de trabalhadores e patrões por categoria. Felizmente, a Justiça do Trabalho barrou a cobrança da contribuição confederativa, através do precedente normativo nº 119. Precisamos sair do varejo e olhar para o atacado, nos grandes fundamentos.

WILLIAM WAACK

Vocês conhecem algum deputado que proporia a modificação dos arts. 7º e 8º da Constituição?

WALTER SCHALKA

Sim, mas não sei se teria sucesso, diante do lobby existente por trás. Como engenheiro, tenho o raciocínio pragmático de olhar para os números, que tem

as condições necessárias, mas às vezes não suficientes. A reforma feita preenche a condição necessária, mas talvez não seja suficiente para a modernização da lei para o futuro.

Neste momento, achamos não haver ambiente político para considerarmos uma nova mudança da legislação trabalhista. Caso forçarmos na implementação daquilo já aprovado, que satisfaz a condição necessária e representa uma evolução importante, poderemos gerar emprego. Nosso objetivo é resolver o problema da população, em especial da geração que não trabalha nem estuda.

WILLIAM WAACK

Então, mudamos a maneira de pensar ou ficaremos a dar volta em cima de medidas suficientes que nunca serão necessárias?

SWALTER SCHALCK

Uma parte significativa da responsabilidade dessa situação na área trabalhista cabe à nossa elite cultural, social e econômica. Para a eleição de 2018 não podemos errar na escolha, mas não temos candidato. Precisamos achar as pessoas que nos representarão para fazer esse processo de modernização e levar o Brasil para outro patamar. A necessidade de reforma é urgente e profunda. Não temos tempo para perder. O déficit crescente da previdência é o caso mais concreto, da obrigatoriedade de realizar modificações. É um contexto político maior.

WILLIAM WAACK

Quais os impactos dessas reformas aprovadas até agora, necessárias, porém não suficientes?

SÓLON DE ALMEIDA CUNHA

Esperamos melhores negociações e maior representatividade dos sindicatos e trabalhadores perante o empresariado. Vemos mais futuro nos acordos coletivos de trabalho feitos entre os sindicatos e os trabalhadores das empresas. As convenções coletivas são os guarda-chuvas gigantescos entre os sindicatos patronais de empregados. Isso, sem dúvida, diminuirá a litigiosidade.

O trabalhador hipersuficiente, com renda superior ao dobro do teto da previdência, representa só 2% da população economicamente ativa com vínculo empregatício. Há um envolvimento de executivos, administradores, gestores, com maior liberdade de contratar serviços e assinar recibos. Esses casos devem passar com mais tranquilidade pela Justiça do Trabalho.

ALMIR PAZZIANOTTO

O impacto é imediato. Tenho dificuldade para imaginar o que irá acontecer. A lei entra em vigor em 120 dias da data da publicação. Quanto tempo o Brasil dispõe para se reorganizar e enfrentar esse processo de globalização, informatização, concorrência e de composição e decomposição de blocos? O Sérgio Buarque de Holanda escreveu no livro Raízes do Brasil, que “entre nós a democracia sempre foi um mal-entendido”. Tudo aqui se delibera, apesar da urgência. É como se o fator tempo inexistisse. Com a perda de legitimidade e com 30 partidos na disputa das suas cadeiras, há pouca esperança na composição do Congresso.

WILLIAM WAACK

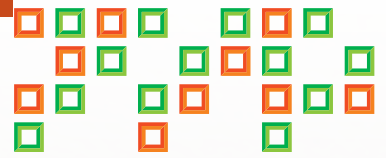
As minhas experiências acumuladas mostram algumas coisas terríveis. Tivemos as constituições de 1937, 1946, 1967 e 1969. Com 100 emendas e mais 300 para receberem emendas, a de 1988 é a pior de todas. Há necessidade de parlamentares decididos, prontos e imbuídos de espírito fortemente combatível, sem esperar pelo acontecimento das coisas, no aguardo de que alguém resolverá os problemas.

Como o setor mais importante da economia brasileira, o agronegócio terá de assumir a liderança do processo. A indústria manufatureira, de tecidos e sapatos, junto com a automobilística, luta para se manter em condições de concorrência com os importados. Não fiquem dependentes da solução de terceiros. A nossa provocação é de transformarem isso num grande fórum político para as eleições de 2018.

Para terminar, em que medida ao que foi legislado, em relação ao capital e trabalho no Brasil, ajuda ou não no ambiente de 2018?

WALTER SCHALCKA

Todo dirigente na presidência de uma empresa possui um plano estratégico. Então, qual visão de futuro teremos do Brasil? Perdemos a corrida da tecnologia da informação. Há outras duas corridas em vigor: a da biotecnologia, cada vez mais forte; e a nanotecnologia, logo em seguida. Discutimos ainda como fazer um remendo na CLT, do século passado. Esperamos que essa evolução seja traduzida em ação prática, sem defesa do Ministério Público e da Justiça do Trabalho. Se implementado, ajudará a gerar investimentos e criar empregos.



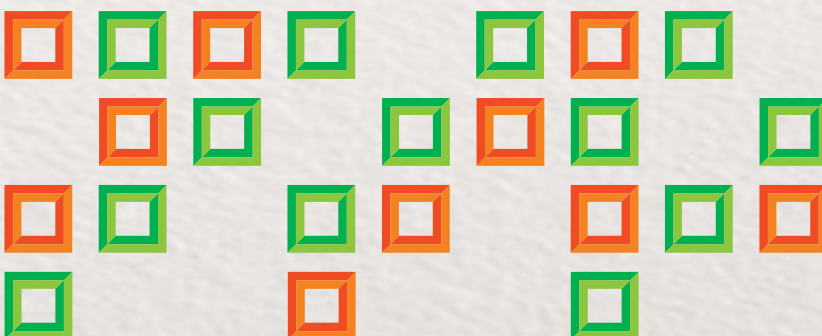
ALMIR PAZZIANOTTO

Quando a demissão de um empregado decorre de uma crise econômica, não há motivo para o empregador arcar com a multa calculada no seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Ele não foi a causa da despedida. Não pensamos nisso na reforma trabalhista, mas esse assunto precisa ser considerado. Então, vamos procurar na lei os aspectos nitidamente equivocados e partir para uma reformulação.

SÓLON DE ALMEIDA CUNHA

Sem a reforma estaríamos muito piores. Temos a possibilidade de novas propostas virem ao Congresso Nacional. A eleição de 2018 possui absoluta importância para não haver o retrocesso neste país.

O agronegócio precisa, efetivamente, ter esse tom de voz. É um setor organizado que precisa dar a sua manifestação para o prosseguimento das reformas. Não temos medo da Justiça do Trabalho. Vários juízes, presidentes de tribunais e procuradores publicaram artigos nos jornais. A repercussão ou a réplica ou tréplica foi zero. A sociedade brasileira não está entrando nessa polêmica. Vemos nisso um vetor importante para voltarmos a pilotar o avião.



PAINEL 2

REFORMA TRIBUTÁRIA



DEBATEDORES

Luiz Gustavo Bichara

Sócio de Bichara Advogados e
Procurador Tributário do Conselho Federal da OAB

Paulo Ayres Barreto

Sócio-Diretor da Aires Barreto Advogados

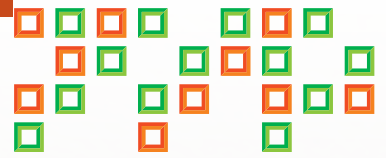
Paulo Rabello de Castro

Economista, Presidente do BNDES

MODERADOR

William Waack

Jornalista



WILLIAM WAACK

É divertido quando buscamos palavras de outro campo do conhecimento humano para explicarmos alguma coisa. O economista Paulo Rabello de Castro, por exemplo, disse que “o brasileiro vive num manicômio tributário”. Esse vocabulário vem da psiquiatria, em que “reconhecer a loucura do cara é o primeiro passo para deixar de sê-lo”. Qual é o tratamento: água fria, choque e psicotrópicos de tarja preta?

PAULO RABELLO DE CASTRO

O William é, na verdade, um psicólogo de economistas, por conta, entre outros, desse fenomenal programa que é o Painel, da Globo News. Em 2002, ao ensejo do primeiro Congresso da ABAG, estávamos com nosso sócio Ivan Wedekin, quando apresentamos uma instrumentação financeira composta de novos papéis para o agronegócio brasileiro e mais o seguro rural, com o conceito de pejotização da agricultura. Era um leque de possibilidades de modernização para o agronegócio.

Citamos isso pela pertinência desse grupo estar já na 16ª edição. Isso é muito importante para nós brasileiros. É quase como fazer durante 100 anos alguma



WILLIAM WAACK



PAULO RABELLO DE CASTRO

coisa, tamanha são as dificuldades. Depois, para registrar aquela ideia colocada, diante da ameaça com a eleição de um barbudo que daria fim ao Brasil. Mas, encantado na entrevista feita a Roberto Rodrigues, o presidente Luiz Inácio o convidou para ser ministro da Agricultura, e lá se foi meu sócio para a Secretaria de Política Agrícola. Iniciou se, então, um processo de verdadeira revolução do agronegócio, estimulado por instrumentos financeiros, como a Letra de Certificado do Agronegócio (LCA). Algumas coisas, como o seguro rural, ainda capengam.

Precisamos aproveitar esses pontos de virada, exatamente como este que o Brasil está. O único jeito de tirarmos o país da neurose é a eleição de 2018, para de alguma forma passar a limpo o discurso político brasileiro.

WILLIAM WAACK

E em relação ao manicômio tributário?

PAULO RABELLO DE CASTRO

Mantínhamos uma intimidade intelectual com o Roberto Campos cujo livro Lanterna na Popa continha a expressão manicômio tributário”. Tínhamos simbiose de pensamentos e identidade de diagnós-

tico. O nosso sistema tributário passou do limite de reforma e precisa de completa remodelação. É um conjunto de puxadinhos com enorme peso para o contribuinte. A agricultura é a contraprova disso, por ser na parte exportadora, isenta do Imposto de Renda, com regime especial menos agressivo. Quando há problema creditício tributário, o setor conta com a frente parlamentar mais poderosa do Congresso Nacional. Além da fotossíntese, da Embrapa e do talento empresarial, outros fatores fundamentais contribuíram para gerar esse enorme poder de prosperidade no agronegócio brasileiro.

WILLIAM WAACK

Todos concordam com a expressão “manicômio tributário”?

PAULO AYRES BARRETO

Essa expressão vem na doutrina do Direito Tributário, desde 1962, utilizada muito fortemente por Alfredo Augusto Becker. Já se enxergava uma série de desvios e soluções, que, se eram fortes, hoje são catastróficas. Há poucos anos, um grande especialista em Estruturação de Sistemas Tributários, Richard Bird, esteve no Brasil e disse: “Não mudem o sistema tributário brasileiro. Ele é o paradigma de como não deve ser uma tributação”.

A indústria e comércio foram, de fato, muito mais maltratados pela tributação, apesar dos problemas enfrentados pelo agronegócio, como atualmente no FUNRURAL. Falta uma carga mais estruturada e menor. Neste cenário de incerteza, fica difícil olhar para as 42 mil páginas da legislação tributária, organizadas e publicadas em um livro já desatualizado. Este é o dia a dia do empresário brasileiro, dotado de muita coragem para empreender neste país.

LUIZ GUSTAVO BICHARA

A reforma tributária posta hoje é uma quimera, pouco mais do que uma utopia. Em 2008, a ABAG realizou o seu 11º CBA. Um dos painéis discutia a reforma tributária, com a participação do deputado Luiz Carlos Hauly, atual relator desta reforma. De lá para cá, o sistema tributário piorou. Estamos pessimistas. O noticiário informa que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, quer a reforma de uma vez, enquanto a Casa Civil aos poucos. Primeiro o PIS, depois o COFINS, e assim vai.

PAULO RABELLO DE CASTRO

Em 1987, falávamos sobre um imposto, que chamávamos de Camisa 10, depois confundido com a ideia de Imposto Único, defendido pelo deputado Marcos Cintra. A ideia era de uma simplificação do



LUIZ GUSTAVO BICHARA

Imposto de Renda, de 15 alíquotas para duas, nessa tributação dita direta. Estamos em 2017, nada aconteceu, assim como desde 2008.

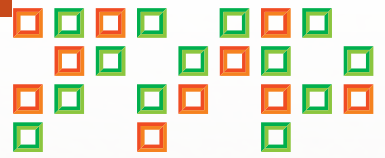
Essas revoluções só acontecem quando há uma confluência da vontade da população. Estamos cheios de vontade, mas não somos especializados em tributação. O manicômio, por definição, é complexo. Em 2010, sentimos a necessidade de um grupo para trabalhar de forma diuturna nisso. Montamos e coordenamos esse estudo no Movimento Brasil Eficiente, até assumirmos a presidência do IBGE. Apresentamos uma PEC, que serviu de base para o pensamento do deputado Hauly, com as várias edições também do Virgílio Guimarães, do Mussa Demes. Há melhores momentos para cada uma dessas tentativas, inclusive aquela de 1991, do presidente Collor.

WILLIAM WAACK

A frase forte do Bichara foi a seguinte: “Não só não aconteceu nada, como não irá acontecer nada”.

PAULO AYRES BARRETO

Estamos nessa área há 33 anos. Sempre ouvíamos falar em repatriação. No ano passado veio. Também somos céticos, reconhecemos as dificuldades e



entendemos por que a reforma tributária não sai. O contribuinte deseja pagar menos, enquanto os fiscos federal, estadual e municipal querem arrecadar mais. Nesse sentido, o consenso parece muito difícil. Desestruturar e mudar um sistema de tributação espalhado no plano federal, estadual e municipal, mexe com interesses muito sensíveis. Por isso, é difícil de ser implementada. Neste momento de crise, nosso receio é a tendência de incremento na carga tributária.

Nessa dualidade, sobre diminuir a tributação sobre o consumo e aumentar a tributação direta, temos alguns comentários.

Na visão de Everardo Maciel, secretário da Defe-



PAULO AYRES BARRETO

sa Federal durante anos, o PIS/Cofins é um tributo sobre a renda e não um tributo sobre o consumo. Quando deslocarmos o PIS/Cofins da incidência sobre consumo para a incidência sobre renda, esta dualidade da tributação direta e indireta já muda de patamar. Ele cita o modelo americano de tributação proposto pelo Partido Republicano, que olha para o fluxo de caixa e não mais para o resultado dito. A sua visão é a de desonerar tributos diretos em prol de fomento e estabelecimento de negócios no país,

com volume maior do que existente. Isso mostra que os sistemas tributários são competitivos.

Em nossa primeira aula de imposto sobre grandes fortunas fazemos duas perguntas. A primeira é se alguém é contra. Normalmente, a classe se posiciona de forma unânime a favor desse imposto. A segunda pergunta: atrairá ou rejeitará investimento para o país? Logo, o debate se instala e as certezas desaparecem.

WILLIAM WAACK

Para o Bichara “nada aconteceu e acontecerá”. O Paulo Ayres teme o pior, diante dos riscos de interesses conflitantes, em jogo, neste momento de crise. Na visão 2018, o Paulo Rabello considera um momento para enfrentar os desafios na questão tributária?

PAULO RABELLO DE CASTRO

O Brasil deve a si mesmo isso. Os profissionais do direito deveriam reverberar a injustiça desse suposto sistema tributário. É uma extração de recursos da forma mais perversa e injusta possível, para financiar um processo de ganância pública mais pornográfica do mundo. Nesse imenso dar e receber da despesa pública brasileira, os subsídios compensatórios mantêm muitos de boca calada. No Movimento Brasileiro Eficiente, queremos e exigiremos um país melhor.

Além das reformas já aprovadas, como a trabalhista, que certamente terá mais uma segunda rodada, se o presidente da República não tiver a capacidade fazer a tributária e a previdenciária, far-se-ão outras mais radicais.

A reforma tributária está razoavelmente bem estruturada pelo Luiz Carlos Hauly, com uma simplificação baseada na diminuição da quantidade dos tributos indiretos, aí incluídos: PIS, Cofins, ICMS e o famigerado IPI. Somos o único país que taxa o ato de industrializar, sem perguntar se houve faturamento ou não. Isso é rentismo tributário.

WILLIAM WAACK

Estamos presos aos acontecimentos do passado?

LUIZ GUSTAVO BICHARA

Concordo plenamente que devemos sonhar, mas quem está na economia real vive um pesadelo. A ideia principal é colocar as questões pelo menos no meio-termo. Quando dizemos que estamos pessimistas, é porque vemos os fatos.

Temos alguns exemplos. O acúmulo de crédito nas exportações do agronegócio representa 5% do

ativo circulante em empresas como a Copersucar e a Raízen. Precisamos saber as regras de transição, pois alguns passarão a arrecadar mais e outros, menos.

Outro ponto é a substituição da matriz de renda para o consumo. De acordo com os dados da Receita Federal, 51% dessa carga tributária ocorre em cima de bens e serviços. Esse modelo é injusto, pois o quilo do feijão é igual para todos. Nos países da OCDE, a tributação sobre o consumo é de 25%, a metade da brasileira. O programa de reforma não trata nada sobre isso. Então, não podemos sonhar.

PAULO AYRES BARRETO

Se a repatriação aconteceu, portanto, há uma chance efetiva de a reforma tributária também acontecer, mas achamos improvável nesse curto espaço de tempo.

Há três anos, estivemos em Brasília, a convite do ministro Gilmar Mendes, no Instituto de Direito Público, junto com o secretário da Receita Federal e uma equipe de professores, para discutir o novo PIS/Cofins. Mas, como o governo não tinha uma proposta de alíquota do novo PIS/Cofins, foi impossível fazer uma análise. Todos serão submetidos à mesma tributação, não cumulativa, com crédito financeiro. O efeito imediato dessa simplificação trará alta oneração do prestador de serviço. O agronegócio pagará mais amanhã. É isso que queremos e buscamos no ajuste do PIS/Cofins?

Quando foi inserido o regime não cumulativo, em 2001, 2002, 2003, se achava que o tributo cumulativo era ruim. Sobre o art. 62, o saudoso Alcides Jorge Costa dizia que “a cumulatividade ou não cumulatividade não é algo inerentemente bom ou ruim. Dê-me a alíquota e lhe direi se a cumulatividade é boa ou ruim”. Estamos diante de dois tributos representativos e fora da curva de qualquer sistema tributário. Ameaçamos reformar o PIS/Cofins há três anos. Não podemos discutir com seriedade se não sabemos a alíquota e as regras do jogo.

PAULO RABELLO DE CASTRO

A turma que assessora o deputado Haully utilizou um primeiro esboço, ainda não completo, de um sistema mecânico de cálculo dos efeitos de mexer nos tributos, preparado pela Fundação Getúlio Vargas. Sem que ninguém queira ser especialista, tomaram-se sete grandes tributos incidentes só sobre o ato de consumo. Todos eles, de fato, competem para ficar com a sua parte da arrecadação protegida.

O Brasil trabalha com três níveis de governo, a União Federal, representada pelos interesses basicamente da Fazenda e do Planejamento, com a responsabilidade de, no final do dia 30, ter dinheiro no

caixa para pagar aquela imensa conta de salários, aposentadorias e outros custeios. Os investimentos são sempre relegados a segundo plano.

Há sempre uma justa e natural relutância em fazer uma abordagem mais ousada com uma abordagem fatiada. Um dos grandes desafios do Haully é apresentar uma mudança mais ou menos generalizada, ainda que seja implantada em etapas. A linha do MF é mexer primeiro no PIS/Cofins, com dúvidas sempre sobre a alíquota, para migrá-lo a um ICMS compartilhado ou IVA.

A relutância do MF gera essa sensação de que esse negócio não vai. Essa administração acabará, e isso não terá ido. Não podemos fazer a justiça distributiva ao mesmo tempo em que fazemos a simplificação. A transição deve dar segurança aos governos de estados e municípios de continuidade no ganho da mesma fatia do bolo.

A reforma tem efeito incremental. As alíquotas novas passam a ser calculadas a partir do dia da reforma e não sobre o bolo que constitui o estoque da arrecadação anterior. Isso requererá uma operadora nacional de sistema de arrecadação, que poderá ser o IBGE, como órgão nacional que a cada dia dispõe de informações. Temos nota fiscal eletrônica, com o CNPJ de entrada e de saída. Existe também capacidade de redistribuir nas mesmas proporções para cada ator desse processo, inclusive para a União Federal. Tudo com entrega das informações estatísticas sobre a indústria, o comércio e a agricultura, a cada dia. Uma revolução tributária, simplificadora e de informação econômica. O grande ganhador é o contribuinte.

WILLIAM WAACK

Teremos de passar por uma série de definições, mas o processo segue em andamento?

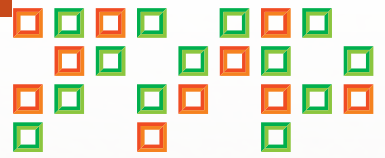
PAULO RABELLO DE CASTRO

O presidente Temer, pelo que sabemos, quer que essa iniciativa, coordenada pelo seu assessor jurídico, professor Gastão Toledo, passe pelo Congresso Nacional, mas não sem antes ter um consenso junto à Presidência da República e à Casa Civil.

LUIZ GUSTAVO BICHARA

Concordamos plenamente, mas o relator está a percorrer e fazer palestras no Brasil. É preciso que seja disponibilizada uma minuta para conseguirmos construir de maneira democrática e legítima uma norma nova. Há o risco de aparecer uma medida provisória sem a oportunidade de ninguém contribuir.

A mudança do PIS/Cofins, IPI para ICMS não significa que os problemas existentes com esses tribu-



tos deixarão de existir. O nome de batismo não trará panaceia para todos esses males. Os dois problemas já citados, de acúmulo de crédito de ICMS e de PIS/ Cofins, não estão tratados no projeto. O Power Point do relator apresenta também a previsão de isentar totalmente a cadeia de remédios e de alimentos. Isso não afetará o agronegócio?

PAULO RABELLO DE CASTRO

É possível que sim. É uma injustiça ter uma tributação onerosa sobre produtos, como o feijão, de primeira necessidade. Como já mencionado, somos um país de sistema tributário dos mais regressivos do mundo. Não dá para fazer a dupla transição de, ao mesmo tempo, simplificar e redistribuir, por exemplo, do imposto indireto para o direto, com aumento na alíquota de imposto de renda.

Não sei se o Haully colocou isso, de marcar para dois anos, após a entrada em vigor do processo de simplificação, com um Conselho de Gestão Fiscal, como previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000. Esse é o Conselho Monetário Nacional da área fiscal. Essas ideias boas e generosas nunca ninguém conseguiu regulamentar. É preciso fazer isso para que o processo tributário comece a ser visto de forma racional quando ele for passar para a segunda etapa de discussão distributiva.



PAULO RABELLO DE CASTRO

PAULO AYRES BARRETO

Quando olhamos o tema do lado de fora do governo, ficamos convencidos da sua falta. Fica a mensagem no sentido de a Presidência ter uma reforma própria, potencialmente, ao menos não idêntica à do relator. Temos o Power Point do relator e não temos o Power Point da Presidência. Ou seja, faltam tempo, informação, projeto e consenso entre os players.

Estávamos com a equipe da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, na discussão de um projeto para melhorar a relação entre o fisco e o contribuinte, com benefícios para o bom pagador do imposto estadual. Vemos interesses divergentes e conflitantes com o que se fala em Brasília.

LUIZ GUSTAVO BICHARA

A dívida ativa da União Federal é de R\$ 1,9 trilhão, com o índice de recuperação anual de 0,8%. O trabalho da Procuradoria da Fazenda nacional é pífio. A arrecadação é inferior a 1%. E nos estados é igual. Em São Paulo, R\$ 360 bilhões; Rio, R\$ 80 bilhões; Minas Gerais, R\$ 54 bilhões. Ser devedor da Fazenda continua sendo um grande negócio. A Receita é Pitbull, quando pega um grande contribuinte, porque a penhora online é fácil. Mas, quando pega um sonegador, é Poddle, ninguém vai atrás. Isso é uma reforma a ser feita e tratada junto com a Reforma Tributária, porque não adianta só o grande contribuinte pagar imposto.

PAULO AYRES BARRETO

Aliás, matam a “galinha dos ovos de ouro”. Com foco em cima, o grande contribuinte paga a conta em relação a uma série de outros players, em condições inalcançáveis. O Brasil possui o maior índice de litigiosidade e disputa em matéria tributária do mundo.

PAULO RABELLO DE CASTRO

Publicamos recentemente um estudo sobre a agregação de valor das empresas abertas no Brasil cujas demonstrações financeiras passam obrigatoriamente pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Existe no final das demonstrações financeiras uma parte que é um exercício de agregação de valor. Verificamos que, entre as cinco esponjas de sucção do valor agregado da empresa, não por acaso, vinham despesas financeiras, pagamento de juros a capital de terceiros e as despesas tributárias, o sócio invisível chamado governo. Até 2015, tínhamos também as despesas com a mão de obra e a remuneração de capital próprio.

Então, esse é um país de cabeça para baixo. Se eles pegarem o comportamento do Ibovespa ou de qualquer índice de renda variável e colocarem con-



tra a Selic, ao longo de anos vão verificar que esse é o melhor país do mundo. Vejo o papel dito “livre de risco” pagar menos em relação à venda variável. A renda variável perde, de longe, do papel de renda fixa. Se não tivesse a força do agronegócio, com uma riqueza de diversificação e possibilidades, já teríamos afundado no Oceano Atlântico. Não podemos mais contemporizar com tamanho grau de estupidez do arcabouço da política econômica. Esse será um tema relevante na discussão das próximas eleições.

WILLIAM WAACK

Gostaríamos agora de chamar a atenção sobre o problema fiscal. Estamos diante de uma bomba e ainda só não ouvimos a sua explosão?

LUIZ GUSTAVO BICHARA

O debate da reforma tributária é sempre posto de lado exatamente porque precisamos de mais arrecadação. Numa dessas discussões, quando o relator era o deputado Mussa Demes, estavam na mesa representantes da federação e dos estados. Perguntamos sobre a ausência dos municípios. A

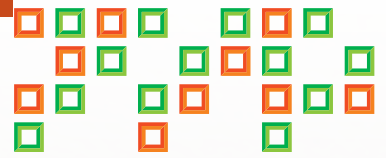
resposta foi de que era difícil convidar mais 5 mil entes tributantes. Essa questão do ajuste fiscal versus reforma tributária fica prejudicada. A União controla a rédea. Quer dizer, estados e municípios precisam da reforma tributária, mas, se a União tiver alguma dor de barriga com relação à necessidade de caixa, não acontecerá.

PAULO AYRES BARRETO

A mídia, nos últimos tempos, comenta sobre a falta de espaço para aumentar os tributos. Como o esforço estava no limite, precisamos cortar gastos. Como não sentimos efetivamente disposição política do governo para isso, sobra a alternativa de aumentar a receita tributária.

PAULO RABELLO DE CASTRO

Concordamos com a dificuldade. Precisamos fazer a circum-navegação da lua para entender a sua parte invisível. Estamos com um sistema novo, mais justo e compartilhado, com capacidade de a sociedade pagar, mas diante de uma incógnita que precisa ser rodada no computador. O Plano Real, em julho de 1994, deu certo e poderia ter empacado.



A reforma não é tributária, mas eminentemente do gasto público. Como a bomba é de tantos megatons, achamos que estamos dentro do som da explosão. Uma pena o capital político gasto para aprovar, em dois turnos, uma PEC atrelada a uma taxa final de inflação de 7,2% nas despesas registradas em 2016. Tudo isso diante de uma arrecadação surpreendentemente baixa, fica impossível fechar a conta.

Teremos de encarar e contingenciar o custeio, não tem a menor dúvida. Mas como descontingenciar o investimento? Mesmo os estados, como o Ceará e Espírito Santo, não possuem espaço fiscal para gastar em investimento. A qualidade do gasto é completamente diferente: o de investimento é fertilizador, o de custeio, no mínimo, estéril.

WILLIAM WAACK

Até onde o governo possui capital político para levar adiante o mínimo das reformas necessárias?

PAULO AYRES BARRETO

Os fatos apontam para uma esperança. Gostemos ou não, a recente demonstração de força política no Congresso Nacional é um dado objetivo. A capacidade da Presidência para negociar, movimentar e conseguir apoio de quem tem voto não dá para negar. Portanto achamos que existe chan-

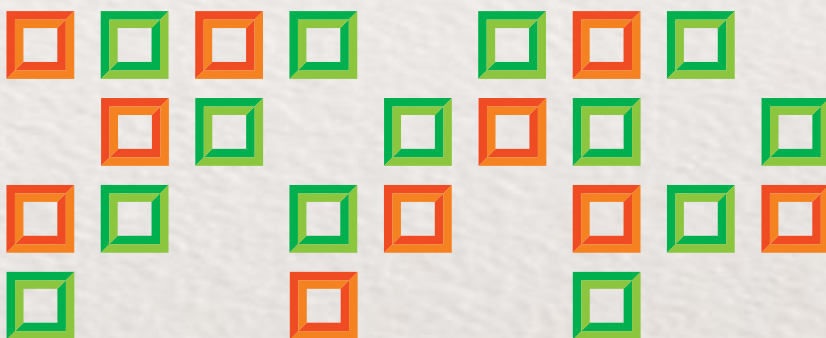
ce. Para o próximo governo, seria ótimo o sucesso das reformas nessa empreitada.

LUIZ GUSTAVO BICHARA

Estamos meio reféns dos acontecimentos. Desejamos que tenha capital político para gastar com reformas tributária e previdenciária. A essa pergunta só o futuro poderá responder. Daí nosso pessimismo. Há uma mudança na regra de arrecadação da origem para o destino, com divisão de interesses. Isso exigirá uma transição cuja forma ainda não foi apresentada.

PAULO RABELLO DE CASTRO

A situação é muito complicada, mas nos move. Estamos concordantes de que o Brasil estará cada vez mais em posição vulnerável a essa altura, com a troca de presidente. A grande explicação dessa estabilidade está no fato de estarmos mais próximos do fim do que do começo. O grande problema do presidente é contar com menos tempo e capital político. No próximo ano, neste período, estaremos próximos da eleição, e o foco será outro. A principal opção do presidente será encontrar um caminho no sentido de reequilibrar a área fiscal.



RODA VIVA

NOVA GEOPOLÍTICA



DEBATEDORES

Alejandro Muñoz

Vice-presidente Global de Negócios da DuPont Pioneer

Devry Boughner Vorwerk

Vice-presidente Global de Assuntos Corporativos da Cargill

Nelson Ferreira

Sócio da McKinsey Consultoria

Roberto Jaguaribe

Embaixador, Presidente da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)

Rubens Barbosa

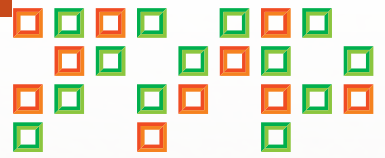
Embaixador, Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo)

Rubens Ricupero

Embaixador, Diretor da Faculdade de Economia da Fundação Álvares Penteado (FAAP)

MODERADOR

Augusto Nunes, Jornalista, apresentador do programa Roda Viva da TV Cultura e da Rádio Jovem Pan



AUGUSTO NUNES

Gostaríamos de uma apresentação sucinta sobre três pontos considerados fundamentais na discussão deste painel, para depois tratá-los com mais extensão.

RUBENS RICUPERO

Em primeiro lugar, no caso interno brasileiro, infraestrutura. Em segundo, a capacidade de diversificar uma pauta de produtos com maior valor agregado. Por último, eliminar o grande gap existente entre a qualidade do setor privado do agro-comércio e da agroindústria, e a baixa dos órgãos governamentais responsáveis pelo assunto.

Existe uma anomalia, de um país grande exportador de produtos da agroindústria, com um Ministério da Agricultura anacrônico, longe de ser uma ilha de excelência existente na administração pública. Tanto assim que foi necessário criar a Embrapa, porque faltava na estrutura oficial um órgão capaz e dinâmico. Conseguimos na pesquisa, mas não em outros setores, como a fiscalização.

Na nova geopolítica, também destacamos três aspectos. Primeiro, a construção de espaços regionais como resposta da globalização na Ásia, na Europa e na América do Norte, com esses mega-acordos regionais. Segundo, a criação de espaços digitalizados, com os grandes avanços tecnológicos, a internet, indústria 4.0 e e-commerce. Em terceiro, a expansão dos espaços



RUBENS RICUPERO

econômicos sem fronteira, em função da globalização, como os grandes fluxos de capital para investimento.

Nos últimos 15 anos, ficamos fora dos avanços nessas três áreas. Se formos examinar, ficamos isolados nas negociações comerciais, e a OMC fracassou na Rodada Doha. Além das regras e dos regulamentos internos superados, estamos longe dos fluxos dinâmicos de comércio. Temos incipientes avanços na área digital, sobretudo na indústria, não na agricultura. Faltam uma política econômica comercial e política externa, com vistas a fortalecer a integração regional.

ROBERTO JAGUARIBE

Achamos que a Ásia, incluindo a China, representa elemento fundamental para a compreensão de qualquer evolução futura e em qualquer segmento da atividade humana.

O mundo teve, nos últimos 200 anos, alguns motores de crescimento. Nos primeiros períodos, a força da Europa para o crescimento global. Depois, passou para os Estados Unidos. E, agora, a Ásia, em particular a China, apesar de não ser a maior economia do mundo, mas com a responsabilidade de 25% a 30% do crescimento global, nos últimos 17 anos. Nesse período, os Estados Unidos tiveram 11%.

O segundo tema interessante para o Brasil, em especial, é como somos vistos pelo mundo. A nossa leitura é que os fatos e a realidade, por incrível que pareça, estão no plano secundário. Em grande parte, a imagem e a percepção predominam para explicar os acontecimentos, em eleições recentes, tanto na Europa como nos Estados Unidos. E o terceiro ponto, indispensável em qualquer conversa, é a sustentabilidade.

NELSON FERREIRA

Primeiro, a questão do shift para a Ásia. Não falamos mais em BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), falamos em ICASA (Índia, China, África e Sudeste Asiático). O centro de gravidade econômico do mundo realmente mudou para o Meridiano de Greenwich. Como nós, brasileiros, nos posicionamos à frente? A resposta vai além da China, em comparação com outras regiões.

Em segundo lugar, a única certeza que temos é a incerteza. Estamos num mundo extremamente volátil e imprevisível. Podemos dar dois exemplos de riscos e oportunidades: grande parte das exportações brasileiras é destinada à China. Portanto teríamos consequências de uma even-



NELSON FERREIRA

tual ação militar na Coreia do Norte, justamente o mar da China. Da mesma forma, as mudanças nos acordos entre Estados Unidos, Canadá e México.

E o último tópico, a revolução nos temas digital e Advanced Analytics. Isso é uma necessidade para as questões como sustentabilidade, mas também para o Brasil manter e expandir a vantagem comparativa e competitiva no agronegócio.

AUGUSTO NUNES

Poucos pontos tiveram consenso quanto a prioridades. Basicamente, a China e a modernização e acompanhamento tecnológico. E as mudanças com a saída da Inglaterra da União Europeia (Brexit) e a dos Estados Unidos do Tratado Transpacífico?

O Ricupero chamou a atenção de que o Ministério da Agricultura não está preparado para dar o suporte necessário à agricultura de modo geral.

RUBENS RICUPERO

Temos uma situação de anomalia: o primeiro mundo no setor de agroindústria e o terceiro mundo no Ministério da Agricultura. Isso ficou evidente nesses escândalos na fiscalização sanitária. Apesar da tentativa de explicar a sua

solidez, o sistema possui superintendências regionais baseadas em nomeações por partidos, muito sujeitas às influências locais. Isso cria uma vulnerabilidade muito grande.

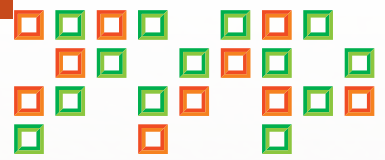
Em algumas áreas, como na exportação de soja e de milho, não há essa incidência direta. Mas, em matéria de carnes, se quisermos agregar valor, a questão sanitária é fundamental. Nessa área estão as grandes barreiras, em que os concorrentes utilizarão qualquer falha para enfraquecer a posição brasileira.

Os nossos avanços são pequenos. O Barão do Rio Branco, do qual somos biógrafos, quando era Cônsul-Geral do Brasil em Liverpool, na Inglaterra, nos anos de 1880, se sentia muito humilhado. Para aumentar o peso, as exportações brasileiras de algodão vinham com pedras e as de café tinham misturas com palha. Como tinha de assinar o auto de infração, ele se sentia humilhado e dizia: "Nossos fazendeiros deveriam se preocupar com a qualidade e não com a quantidade". Evidentemente, isso seria um exagero nos dias de hoje.

Agora mesmo, quando estive no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos para levantar essas restrições sobre carne, o ministro Blairo Maggi foi confrontado pelos ossos contidos de forma irregular nas exportações brasilei-



ROBERTO JAGUARIBE



ras de carne. Vemos que há mudança, mas há também uma continuidade.

AUGUSTO NUNES

Há problemas crônicos e previsíveis para serem removidos, como na infraestrutura e na logística?

ROBERTO JAGUARIBE

Há contradição nesse processo pelo fato de o agronegócio ser o setor mais competitivo do sistema produtivo brasileiro. Mas é também o mais afetado pela deficiência da logística existente no país. Essa questão deriva de um embate tradicional da sociedade brasileira entre o benefício público e o privado. Nos governos recentes, por questões ideológicas, houve retração nas concessões efetivamente atraentes para o setor privado investir.

Respeito a legitimidade dessa posição, mas, em última instância, o bem público só é bem quando se transforma em realidade. Para isso precisa haver condições de atratividade para efetuar o investimento. Agora, no atual governo, as medidas adotadas devem tornar o processo muito mais compatível nas concessões dos portos, rodovias, ferrovias, aeroportos e energia elétrica.

ALEJANDRO MUÑOZ

Do ponto de vista empresarial, chegamos a um estágio em que nenhum grupo de agricultores ou governo resolve os problemas sozinho. Portanto devemos estar abertos às novas formas de trabalhar. As colaborações e os diálogos construtivos terão de acontecer. A ciência é global, mas as soluções são locais. Questões como propriedade intelectual são fundamentais para os agricultores acessarem as melhores tecnologias e as indústrias terem retorno dos seus investimentos. Um sistema regulatório baseado na ciência, sem barreiras comerciais, tem o produtor como centro dos nossos esforços. Se todos concordam, sentamos ao redor de uma mesa e colocamos essas questões que ninguém resolverá sozinho.

DEVRY BOUGHNER VORWERK

Ao redor do mundo, temos relações comerciais com mais de 130 países e operamos em 70 deles. Vivemos na interseção da geopolítica e dos negócios. Achamos que o Brasil possui um posicionamento único em três temas.

O primeiro, sobre o aumento do nacionalis-



ALEJANDRO MUÑOZ

mo, como a saída dos Estados Unidos do Acordo de Parceria Transpacífica, que abre uma oportunidade para o Brasil se engajar e pensar no arcabouço comercial da Ásia.

A segunda, a fragmentação das empresas à medida que as expectativas dos consumidores se tornam cada vez mais complicadas. Há uma demanda para melhorarmos a transparência na cadeia de suprimentos dos alimentos, com perguntas sobre como foram produzidos? De onde vieram? A sua composição? Nos Estados Unidos, estamos engajados no grande debate sobre organismos geneticamente modificados.

O terceiro, a tecnologia. A aparência da agricultura e da indústria de alimentos daqui a cinco ou dez anos. Enquanto indústria, poderemos acompanhar as mudanças, com inovações do produtor até o mercado. Mas precisaremos da colaboração dos governos, em termos de arcabouços de políticas harmonizadas para facilitar o avanço da indústria perante essa disruptura.

AUGUSTO NUNES

Existem casos complicados na regulamentação brasileira?

DEVRY BOUGHNER VORWERK

As economias agrícolas vencedoras deverão focar em quatro pontos: infraestrutura, comércio, impostos e clima. Os Estados Unidos debatem o acesso à hidrovia do Rio Mississippi, assim como o Brasil discute a rodovia BR-163. Na agricultura e no alimento, a necessidade de comunicação com a sociedade também é um tema comum entre os dois países.

Sentimos perda no debate em relação ao que a economia agrícola entrega em termos do abastecimento de alimentos seguros e acessíveis. Há duas semanas, em nossa sede, discutimos exatamente esses mesmos tópicos. Pensamos na união entre as comunidades de alimentos e de agricultura, em torno de uma história convincente do desenvolvimento agrícola sustentável.



DEVRY BOUGHNER VORWERK

De fato, os produtores agrícolas brasileiros poderão produzir mais alimentos para uma população global crescente, conservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, inovar para atender às expectativas dos consumidores. O primeiro passo é

um trabalho estratégico de comunicação.

Existem maneiras de a indústria encorajar os governos a se reformarem no sentido de aumentar sua própria competitividade. Esse posicionamento sobre os ministérios acontece em outras partes do mundo.

AUGUSTO NUNES

Um dos grandes erros do presidente Michel Temer foi não ter feito uma descrição detalhada da verdadeira herança maldita recebida?

RUBENS RICUPERO

O governo anterior havia feito licitações, com ganhos justos de algumas empresas. A tarefa de asfaltar e de duplicar a BR-163 ficou, em parte, para a Construtora Odebrecht. Com as consequências indiretas da Operação Lava Jato, os financiamentos foram suspensos. O BNDES ainda não retomou os financiamentos. Se não fosse isso, a rodovia estaria praticamente pronta.

AUGUSTO NUNES

A pergunta, agora, é como o mundo se vê?

ROBERTO JAGUARIBE

Estamos numa fase de alterações radicais nas formas de comunicação, inclusive na propaganda. As mídias sociais, com características particulares, criam nichos de informação e realidades distintas. Fica uma disputa complexa, e não sabemos como tratá-la.

O Brasil precisa de um programa muito mais eficaz para projetar a sua imagem no exterior, em especial no setor agroindustrial. O agro representa o emblema de maior sucesso do Brasil nos últimos 50 anos. A sua transformação não é apenas produtiva, mas também social.

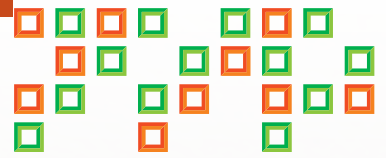
Como não geramos uma narrativa convincente, esse processo é contaminado por percepções de natureza equivocada e demagógica. O sucesso da expansão produtiva brasileira é atribuído ao excesso de desmatamento da cobertura vegetal nativa. Devemos mostrar que no futuro previsível esse sucesso continuará com dinamismo e capacidade de penetração nos mercados externos.

AUGUSTO NUNES

Como corrigir os principais erros cometidos pela política externa, sobretudo os de natureza comercial?

RUBENS BARBOSA

Nesses últimos 15 anos, o Brasil adotou uma



política de negociação comercial equivocada. As fichas foram concentradas na negociação da Rodada Doha. Deixamos de atentar para a tendência global ocorrida nos acordos comerciais. Gostamos de citar os números da Organização Mundial de Comércio (OMC). Nesse período, foram assinados mais de 400 acordos de livre-comércio. O Brasil e o Mercosul assinaram apenas três: com Israel, Egito e uma Autoridade Palestina.

Por uma série de razões de política econômica interna e externa, o Brasil marginalizou o Mercosul. Não houve nenhuma negociação importante. Essa conversa que agora está sendo levada com a Europa estava parada há muitos anos.

Como ficamos isolados no mundo, existem consequências práticas. Deixamos de participar dessa grande proliferação de mega-acordos comerciais. Regionalmente, não favorecemos políticas de maior integração econômica comercial. Abandonamos o esforço de infraestrutura. Na década de 90, o governo levava a efeito a construção da infraestrutura regional. Também não houve o aprofundamento dos acordos comer-

ciais na região.

No governo Lula, o Brasil concedeu 100% de margens de preferência, quer dizer, zero de tarifa, para todos os países da região. Não recebemos o mesmo tratamento dos países da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). A Colômbia e o Peru estão chegando a mais de 90%. O México e o Brasil possuem 13% só de produtos que entram com tarifa zero.

Por não participarmos dessas rodadas bilaterais de negociação comercial, o Brasil ficou sem acompanhar, nem no setor privado nem no governo, as mudanças ocorridas. Há novas regras de investimento, propriedade intelectual, comércio digital, de meio ambiente e na parte trabalhista, dentre outras.

Esse sonho do governo de ampliar os acordos comerciais, em negociação com Japão, Coreia, Estados Unidos e China, não acontecerá. Primeiro, os Estados Unidos não estão interessados em negociar com o Brasil. Segundo, porque as regras usadas fazem parte de um grande acordo da União Europeia com o Japão. Já tinha havido



outro da União Europeia com o Canadá.

Do acordo Transpacífico (TPP), assinado com grande fanfarra, os Estados Unidos saíram, mas levarão adiante. E nesses acordos há regras incompatíveis com o sistema jurídico brasileiro. É necessário um estudo para mostrar como teremos de mudar. Quando mudarmos essas regras, teremos de alterar a política industrial e comercial do Brasil.

Teremos de trabalhar nessa ideia para convencer o setor privado e certos setores do governo. Não há mais distinção entre a política econômica e de comércio exterior na agenda econômica internacional.

A OMC está questionando a política industrial brasileira, tanto na área de automóvel como na de informática. Isso terá profundas consequências. Precisaremos mudar a política industrial brasileira de 50 anos. Os fatores externos passaram a ter influência sobre a política econômica de comércio exterior. Muita gente não se deu conta disso ainda.

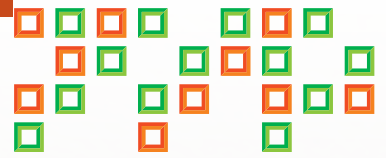
NELSON FERREIRA

Acreditamos na necessidade de fomentar mais acordos bilaterais. O setor privado e o público devem ter uma agenda de diversificação. Evitar a concentração dos ovos numa única cesta de negociação. Quanto maior a amplitude de acordos a ser feitos, mais protegidos estaremos das oscilações que acontecerão naturalmente. Falamos sobre os países do TPP, da Nafta, União Europeia e, com certeza, a China, a Índia e o Sudeste Asiático.

Realmente, o Brasil foi um jogador muito passivo, nos últimos anos, na tratativa dessas negociações. O agronegócio cresceu, muitas vezes, à margem de uma negociação bilateral. Focamos os nossos esforços na Rodada Doha. Daqui para frente, isso precisa mudar. A China não move o crescimento do mundo, como ocorria há uma década.

AUGUSTO NUNES

Alejandro, você se referiu à necessidade de remover algumas barreiras regulatórias. Eu



queria que citasse alguns exemplos de barreiras que atrapalham o comércio exterior, que dificultam o desenvolvimento de algum setor.

ALEJANDRO MUÑOZ

As regulamentações podem assumir formas diferentes conforme o espaço. O importante é assegurar acesso a mercados. Não importa como pensamos. Precisamos garantir a entrada de ideias e tecnologias, com base em procedimento científico.

Viajamos pelo mundo. Os agricultores brasileiros são inovadores e dispostos a correr riscos. Os seus níveis de produtividade eram inimagináveis anos atrás. Nas parcerias entre governos e instituições, a indústria privada precisa fazer parte. Temos de nos sentar ao redor da mesa com os melhores interesses dos produtores em mente, maximizar as oportunidades e remover o desnecessário.

Não queremos regulamentos que impeçam o crescimento do carro-chefe deste país, muito conhecido e reconhecido por ter uma das melhores agriculturas do mundo. Sem dúvida, o Brasil assumirá o papel mais importante no comércio agrícola mundial. Simplesmente, precisamos trabalhar juntos para fazer com que isso dê certo.



AUGUSTO NUNES

AUGUSTO NUNES

No Brasil, as principais dificuldades para atingir o estágio de uma economia internacional agressiva é a perda da competitividade, a dependência do governo na questão da infraestrutura e das reformas trabalhista, fiscal e previdenciária. Na composição das exportações brasileiras, o produto primário participa com 60%, 70%. A indústria manufatureira perdeu espaço, e as confecções mudaram para o Paraguai. Exportamos automóvel só para a Argentina e um pouco para o México.

DEVRY BOUGHNER VORWERK

Ouvimos os comentários sobre a aposta do Brasil na Rodada de Doha, da OMC, e a necessidade de competitividade do setor privado. Temos de reconhecer o papel crítico desenvolvido pela OMC em nossas vidas, enquanto sistema comercial baseado em regras. Tínhamos aquele raio de esperança.

Então, o Brasil deve perseguir diferentes oportunidades, especialmente na região, para engajá-la em outras partes do mundo. Sem se submeter a tudo quanto é tipo de regulamentos e de expectativas provenientes de acordos diferentes, o produtor brasileiro não poderá ser competitivo. Não gostaríamos de sair daqui sem enfatizar a importância da OMC para a economia agrícola.

RUBENS RICUPERO

Gostaria de fazer algumas observações. A primeira é que o comércio mundial perdeu aquele dinamismo de 1990 e 2005. A taxa anual de crescimento do comércio mundial era de 7%, o dobro da economia mundial. Ocorria maior integração e interdependência. Isso acabou com a crise de 2008. Este ano começa a haver uma recuperação tímida, graças à recuperação da economia europeia, acima do esperado. Mas o comércio e a economia mundial crescem muito iguais. Ninguém pode dizer se isso é provisório ou não.

Como incentivaram o crescimento do comércio, as grandes cadeias globais de valor estão mais consolidadas. As da Ásia, no entanto, não estão. Na China, os insumos que antes importava são produzidos, cada vez mais, no mercado interno. O grande momento de crescimento do comércio chinês foi muito bem aproveitado por Taiwan, Cingapura, Coreia do Sul e Malásia.

O segundo ponto é que o governo Trump, com o diretor de política comercial, o economis-



ta Peter Navarro, possui uma visão mercantilista. Não são contra o comércio, são contra déficit. Querem superávit. O Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) acaba de anunciar problemas sérios no sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial de Comércio.

Em terceiro lugar, passou o grande momento dos acordos bilaterais e regionais. Não é que tenha terminado e não haja oportunidades. Ficará mais difícil com a taxa de crescimento do comércio mundial. O Brasil, na sua oferta, tem aumentado as suas exportações nos produtos chamados pelos americanos de supply capability. Não dizemos que os acordos não ajudam, mas o Brasil necessita disso, por exemplo, com a China.

ROBERTO JAGUARIBE

Os acordos comerciais são importantes por uma multiplicidade de fatores, mas é ilusório pensar que a nossa capacidade comercial tenha sido afetada pela ausência deles. Afinal, a China, maior comerciante do mundo, construiu essa capacidade de comércio sem ter nenhum acor-

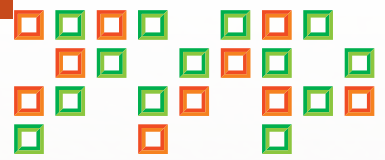
do comercial com países para onde enviavam as suas exportações.

O mundo fez acordos muito amplos e abertos para o comércio de bens, mas não no agronegócio, que é o mercado mais controlado do mundo. Então, parece sofisma, sobretudo dos países centrais, a posição favorável à grande liberdade de comércio, mas, quando chega aonde pega, aí já não são mais. No açúcar, em função da sua competitividade, o Brasil possui capacidade para expandir a produção de forma acelerada, mas o mercado é completamente controlado. Essa questão nos afeta muito.

Então, um ponto que a Devry levantou, já implicitamente pensando nos problemas causados por mudanças de postura de países importantes, eu concordo completamente, é a necessidade de manutenção de um sistema de comércio baseado em regras. Um país como o Brasil, se isso deixar de acontecer, vai sofrer muito, não é? E isso a gente tem que ajudar a manter.

AUGUSTO NUNES

Existe consciência política de que agronegócio é a vocação principal do Brasil?



RUBENS BARBOSA

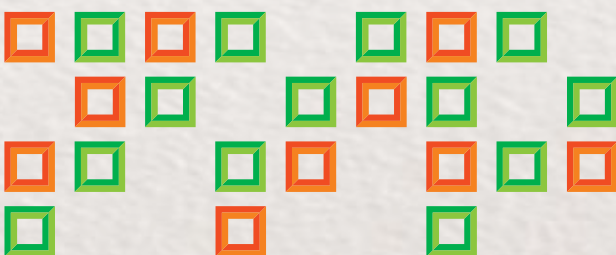
Historicamente, não. Desde a Colônia, o Brasil só produzia produto primário. Eu gosto de dizer que nessa área é muito fácil, porque o Brasil não vende. O Brasil é comprado. Quer dizer, é muito fácil você ser comprado, não é? Você não precisa sair da sua fazenda para vender o seu produto. Na área industrial é diferente, porque a competitividade é muito grande.

Achamos falsa a oposição entre os setores agrícola, industrial e de serviço. Essa contraposição ficava muito evidente na negociação de acordos comerciais. A agricultura dá muito emprego para o setor industrial. O crescimento da sua produção gerou demanda de máquinas, de equipamentos, de serviços.

Ninguém sabe como ficará a indústria se não forem corrigidas essas distorções causadoras de perda de competitividade. Boa parte desses 14 milhões de desempregados decorre disso. Até a década de 1980, a indústria representava 25%



RUBENS BARBOSA



do PIB brasileiro. Hoje é ao redor de 10%.

De modo geral, a indústria não possui capacidade de competir no mercado interno. Não é ganhar do lado externo. É competir aqui dentro. A importação de produtos industriais passou de US\$ 100 bilhões antes da recessão.

Pelas projeções da OCDE e a da FAO, de crescimento de população e da demanda por alimentos no mundo, a vocação agrícola do Brasil se ampliará. O Brasil é um dos poucos países com uma grande fronteira agrícola para ser ocupada. Como país em desenvolvimento, com a nossa base industrial, não pode descuidar dessa área, porque isso dá emprego. Com as técnicas modernas no campo, teremos cada vez menos emprego no campo. O emprego estará no serviço e na indústria.

ROBERTO JAGUARIBE

O problema fiscal brasileiro cria impedimentos para o governo dar garantias aos investidores. Está em curso um esforço muito grande de encontrar os mecanismos adequados para isso no Programa de Parcerias para Investimentos (PPI), na Secretaria Geral da Presidência. Como a sua infraestrutura começa a ficar ociosa, a China montou um programa de expansão chamado One Belt, One Road. Está em montagem um programa de PPI com foco nos chineses para investimentos em aeroportos, ferrovias e rodovias.

NELSON FERREIRA

Temos no Brasil uma situação não vista em outros países. Trabalhamos em quase todos os continentes. As decisões ligadas à localização da produção seguem uma lógica tributária e não necessariamente de oferta e demanda. Muitas empresas se aproveitam disso e, em alguns casos, até incentivam a informalidade. Isso pode ser visto como ameaça.

Enquanto exportador de produto primário, commodity, com vantagem competitiva compatível, não vemos problema para o Brasil. O Canadá, a Noruega e a Austrália são três países muito dependentes de commodities, mas com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto. O demérito é perder competitividade nesses produtos, sem usar o lucro que eles proporcionaram para dinamizar outras áreas, como aqueles países fizeram.

Falamos da volatilidade, incerteza e necessidade de diversificar a nova geopolítica. Tudo vai abaixo se perdermos competitividade. Existem vários setores em que o Brasil é mais competitivo, mesmo na agricultura. Não podemos ficar



para trás nessas revoluções digitais e analíticas.

Aprendemos a importância dos fatores terra e mão de obra para produzir matéria-prima. Hoje, isso não é suficiente. Precisamos inserir tecnologia e gerenciar o Big Data, para extrairmos o máximo disso. O Brasil dispõe da maior quantidade de área para expansão, mas cada vez mais longe e com menor produtividade. Não estamos mais na década de 70, quando se expandia com uma produtividade mais fácil de ser alcançada. A expansão ainda é possível, mas é cada vez mais custosa, tanto para efeito agrônômico quanto logístico.

DEVRY BOUGHNER VORWERK

No Brasil há 52 anos, a Cargill conta com 10 mil colaboradores. Trabalhamos com alimentos, agricultura, serviços financeiros e operações industriais. Quando pensamos na capacidade de crescimento da economia agrícola brasileira, devemos considerar também o clima subjacente

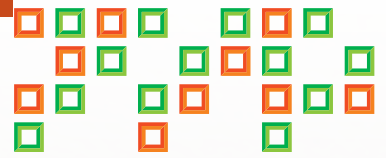
para continuarmos a investir capital, seja capital nacional ou estrangeiro. O seu impacto é imenso para as pessoas saírem da pobreza e ganharem prosperidade. Vemos a história de sucesso como uma questão de investimento e de comércio, coletivamente. Deveríamos apoiar os dois.

ALEJANDRO MUÑOZ

A DuPont trabalha para trazer mais produtividade e lucratividade para os agricultores com quem mantemos relações. No final das contas, queremos assegurar que os produtos dos agricultores sejam saudáveis e seguros, benéficos para os consumidores. Como empresa agrícola, pretendemos fazer parte do futuro do Brasil. A jornada está apenas no começo. Pretendemos ter muitos anos pela frente.

ROBERTO JAGUARIBE

Reafirmamos a nossa profunda convicção de que o Brasil possui os instrumentos e as condi-



ções para se transformar em grande líder global no agronegócio. Não apenas em função da capacidade de expansão produtiva, mas na sustentabilidade básica da produção. Possuímos quase 200 milhões de hectares de pastos subutilizados, com grande potencial para a produção agrícola.

Ficamos encabulados com a percepção equivocada de que as commodities agrícolas não são bons negócios. O sucesso do Brasil nessa empreitada se deve à quantidade elevada de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Durante muito tempo, o processo de tropicalização do Cerrado foi considerado completamente inútil. Nos climas temperados, não se pode ter duas a três safras. Não acreditamos no interesse da sustentabilidade dos países condutores da 'liberalização'. No fundo, eles poderão se comprometer com isso.

RUBENS BARBOSA

Faremos três comentários gerais. Primeiro, as nossas crises política, econômica e ética estão tendo um papel muito importante. Uma série de deficiências e problemas acumulados pelo Brasil, que não eram discutidos, estão sendo expostos. O segundo ponto é a defasagem do Brasil dos acontecimentos mundiais, seja na digitalização, seja na globalização.

Por último, entra também a questão da regulamentação e da burocracia. Não cumprimos as regras que aceitamos aqui dentro e lá fora. Temos de modernizar o país com reformas para ele voltar a ser normal. Aprovamos uma série de medidas que seriam impensáveis. Teremos de discutir o papel do estado no Brasil.

Na parte externa, nos BRICs, temos a Índia, a China, a Rússia e o Brasil, os quatro principais,

que são potências regionais, mais a África do Sul. Precisamos construir a agenda regional do Brasil, em termos de política externa, comercial e de investimentos, dentre outras. Esse é um momento muito rico. Somos positivos, apesar das críticas que fazemos.

RUBENS RICUPERO

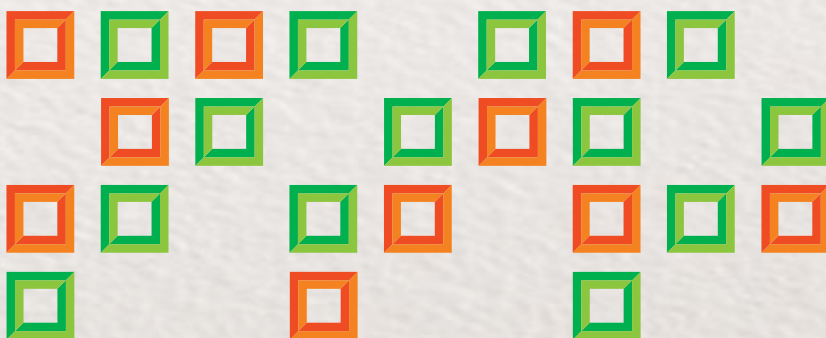
O futuro da economia brasileira, como um todo, dependerá principalmente de dois fatores: as taxas de juros e de câmbio.

O custo de capital diminuiu, ainda que de maneira lenta, com as sucessivas baixas da taxa Selic. Como as decisões do Banco Central mal conseguem acompanhar a velocidade da queda da inflação, a taxa de juro real continua sendo alta na economia brasileira. Mas é preciso um custo de capital mais baixo para haver investimentos.

E, no caso do agronegócio, o seguro rural, no Brasil, precisa de um desenvolvimento muito maior. A grande superioridade de países como os Estados Unidos, na área agrícola, está na sua enorme diversidade de instrumentos nesse setor.

Na taxa de câmbio, Paul Krugman costuma dizer que "em matéria de economia, a produtividade pode não explicar tudo, mas explica 90%. Já no comércio exterior, o câmbio é 80% ou 90%".

Nos preocupamos com o rumo do câmbio no Brasil. Está muito volátil e começa a ficar desfavorável. Ninguém deve ter ilusão. Até o agronegócio, com margem maior e baixo custo, embora seja mais resistente, também é afetado pelo câmbio. Uma grande parte dos insumos usados na produção é importada. Vemos, às vezes, uma tentação, da parte do governo, de utilizar o câmbio para fazer cair mais depressa a inflação. Isso seria um erro.

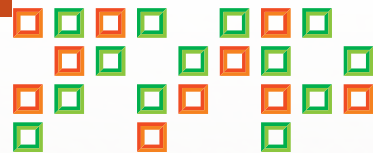


ENCERRAMENTO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO



Fazendo um resumo das discussões, é inevitável não fazer referência ao 15º CBA, quando caracterizamos de forma muito clara o efeito do protagonismo e da liderança do agronegócio do Brasil, com relação à produção de alimentos e da energia renovável no mundo.



Na lógica debatida neste 16º CBA, faz parte das melhorias macroeconômicas verificadas com a mudança de governo. Aquilo que representou um sofrimento até 2016 passou a ser incerteza em 2017. O ambiente e os resultados ficaram melhores. A fala do Sardenberg é muito interessante. Apesar de estarmos na tentativa de enterrar o velho, o novo ainda está na promessa de nascimento. Esse é um peso difícil de carregar.

Daqui a pouco, assistiremos à campanha política. Ouvimos observações relevantes sobre as reformas trabalhistas e tributárias.

Na trabalhista, a preocupação de abrir uma porta que estava fechada do ponto de vista teórico, por uma MP sindical. Isso mudaria as perspectivas do jogo analisado. Os conteúdos discutidos mostraram muitas pontas soltas nessa questão. Possuímos uma estrutura arraigada e formada ao longo dos anos pelo Judiciário. Como essa estrutura reagirá diante da novidade? A Constituição e as leis versus a opinião de juízes em diferentes níveis no país.

Na tributária, olhamos para um gigantesco rombo fiscal. Somente a simplificação do sistema tributário não corrigirá esse déficit. Existe conflito na divisão da arrecadação entre os governos estaduais, federais e municipais. Teremos um tempo longo de transição.

O aspecto da produtividade, relacionado com a questão de infraestrutura, foi assunto bem abordado. O crescimento e as dificuldades de escoamento da safra agropecuária causam custos adicionais. Os investimentos de fontes externas dependem do clima de confiança no país. Quando conversamos com o pessoal da área de insumos modernos, sentimos recuo e atraso nesses investimentos.

Na discussão do Roda Viva, veio o tema do ambiente externo, muito mais do que uma posição geopolítica. Primeiro, há uma mudança dramática

nas relações internacionais. Quando olhávamos o passado, víamos a perda de espaço da Ásia para o Ocidente, de poucos países ricos. Agora, esse pêndulo volta à região asiática. Com isso, há uma mudança importante em nosso comportamento.

As incertezas aumentam de forma monumental com os riscos derivados dos nacionalismos, apesar da volatilidade relativamente pequena dos preços nos últimos tempos. Daí a preocupação com o câmbio expressa pelo ex-ministro Ricupero.

Nas parcerias comerciais, vivemos realmente um momento diferente. Temos conversado sobre isso com Horácio Caballero, coordenador do Grupo de Países Produtores do Sul (GPS), muito mais reativo do que proativo. A abertura de oportunidades no Transpacífico, na União Europeia e com o México. Esse processo não ficará à espera das nossas eleições de outubro de 2018.

Como precisamos de acordos para vender, temos de procurá-los. Para isso, é fundamental entender a lógica da nossa inserção do ponto de vista, por exemplo, das cadeias produtivas, como as de óleos vegetais, da cana-de-açúcar e do milho, agora também no aspecto energético.

Vemos algumas dificuldades do governo. O programa do RenovaBio, por exemplo, embora aprovado, não sai. Onde isso está sendo segurado? Uma posição prejudicial não apenas para essas cadeias, mas para todo o entorno das outras cadeias relacionadas. A evolução tecnológica de ruptura nos veículos flexíveis e híbridos significará uma melhoria de qualidade e redução de custos, mas precisamos estar preparados para essa realidade.

Para comentário final, a revisão feita pela OCDE e FAO, em julho último, de menor crescimento na demanda e aumento na competitividade. Não podemos mais ter a visão de que o mundo irá nos comprar. Temos de aprender a vender. Isso passa pela reestruturação ministerial, que não será agora, mas sim com o nosso voto em outubro de 2018.

HOMENAGENS



PRÊMIO NORMAN BORLAUG

HOMENAGEADO

JOÃO KLUTHCOUSKI
PESQUISADOR DA EMPRESA
BRASILEIRA DE PESQUISA
AGROPECUÁRIA (EMBRAPA)

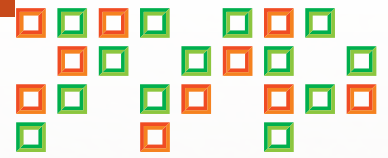
MESA DE ENTREGA

Celso Moretti
Diretor-executivo da Embrapa

Antônio Roque Dechen
professor da Esalq/USP, presidente
da Fundação Agrisus

Luiz Carlos Corrêa Carvalho
presidente da ABAG

Paulo Herrmann
presidente da John Deere e diretor
da ABAG



SAUDAÇÃO AO HOMENAGEADO

PAULO HERRMANN

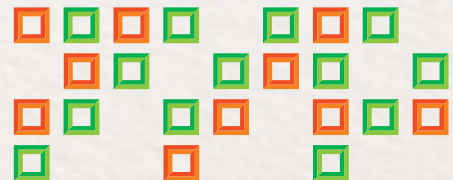
Esse prêmio é muito especial. Qualquer um de nós gostaria de recebê-lo um dia na vida. Norman Borlaug foi um ícone no nosso negócio. Engenheiro agrônomo, que viveu 95 anos. Apaixonado pelos trópicos, ele começou as suas pesquisas no México, depois foi para a Índia e outros países da Ásia. Na fase final, focava os trabalhos na África. Documentos apontam que tenha tirado da inanição mais de 1 bilhão de vidas por meio das pesquisas e desenvolvimento do trigo e de outros cereais.

Mas, acima de tudo, Norman foi um grande incentivador dos trópicos, tendo visitado várias vezes o Brasil. Ele é a cara da Embrapa, referência mundial em agricultura dos trópicos.

O João K dedicou boa parte da sua vida à pesquisa, que começava nos laboratórios e terminava

no campo. Não importava o dia, a hora e o local, ele estava à frente da validação das suas ideias e pesquisas. É a pessoa mais criativa que tivemos a oportunidade de conhecer nesses últimos 30 anos.

Quando achávamos que tínhamos conseguido dar uma resposta a uma provocação dele, logo aparecia outra. Quando pensávamos que o tema da integração Lavoura, Pecuária e Floresta (iLPF) tivesse esgotado, vinha a ideia do feno tropical e do guandu no meio da soja. Um poço interminável de criatividade, conhecimento, obstinação e exemplo a ser seguido por qualquer um de nós. Por isso, temos muito orgulho de ser hoje o mestre de cerimônias de reconhecimento da sua contribuição à agricultura, ao agronegócio brasileiro e, principalmente, à agricultura tropical mundial.



JOÃO KLUTHCOUSKI

Imaginem a emoção e a felicidade que estamos sentindo. Queremos agradecer essa homenagem de coração. Temos a nossa querida Embrapa, que mora no que há de melhor na gente, e todo o sistema de pesquisa agropecuário brasileiro. Nós temos um papel nesse agronegócio brasileiro, a nossa grande salvação. O astronauta vai à lua, mas sem alimento ele não vai.

Queríamos contar uma pequena história. Somos daquela época em que o Brasil importava alimentos. Isso foi até início da década de 1970. Ficamos grandes exportadores de vários produtos. Essa história é muito brilhante. O Norman Borlaug participou disso, elogiava sempre.

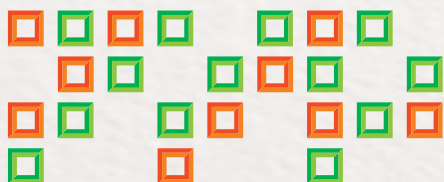
À medida que se exauriam as terras férteis do norte do Paraná e do sul de São Paulo, o nosso produtor ousado e eficiente, o mais diferente do mundo, criou essa agropecuária eficiente. Começamos a trabalhar nessas terras áridas e ácidas, de baixa fertilidade, tipo as do Cerrado.

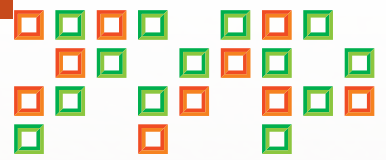
Então, a nossa pesquisa e a extensão, junto com os produtores, deram o primeiro salto qualitativo e mereciam o prêmio Oscar. Era o domínio

do solo tropical. Precisávamos dele para abastecer a crescente população. Uma vez dominado o solo, veio o segundo salto. Dois pesquisadores, Irienu Bais e Romeu Kiihl, tropicalizaram a soja, que, de repente, é cultivada do Oiapoque ao Chuí, segundo grande salto.

O terceiro grande salto veio com o sistema de plantio direto tropical. A técnica acabava com as erosões e mantinha os mananciais hídricos mais limpos. O quarto grande salto, um pouco atrás no tempo, vem com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), junto depois com a Embrapa. Tivemos a chegada da Brachiaria decumbens na década de 60. Hoje, o pecuarista recebe larga oferta de novos e diferentes genótipos de forrageiras tropicais, incluindo leguminosas. No milho, aprendemos a desenvolver duas safras. Podemos juntar muito prêmios Nobel de ciência e tecnologia no sistema. Somos felizes por ver essa realidade da agricultura brasileira e pela oportunidade de estarmos aqui.

Para conhecer a história do homenageado acesse o link <https://goo.gl/o7c7GL>





**PRÊMIO PERSONALIDADE
DO AGRONEGÓCIO
NEY BITTENCOURT DE
ARAÚJO 2017**

**HOMENAGEADO
FRANCISCO SÉRGIO TURRA**

MESA DE ENTREGA

Urbano Campos Ribeiral
presidente do conselho da
Agroceres e diretor da ABAG

Roberto Rodrigues
coordenador da GV Agro,
ex-ministro da Agricultura e
ex-presidente da ABAG

Luiz Carlos Corrêa Carvalho
presidente da ABAG

SAUDAÇÃO AO HOMENAGEADO

ROBERTO RODRIGUES

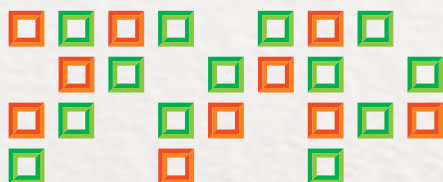
Esse prêmio Ney Bittencourt de Araújo, a ABAG confere a pessoas com personalidade e caráter idênticos aos do Ney, que era um homem extraordinário, como todos sabem muito bem. O Turra é um homem leal, verdadeiro, correto, honesto, dedicado ao que faz. Uma pessoa desprendida e visionária. Poderíamos usar mais uma porção de outros adjetivos para qualificá-lo. Usaremos um que consideramos essencial na sua personalidade: o de ser um patriota perfeito. E mostrou isso na sua vida inteira, seja na área privada ou na pública.

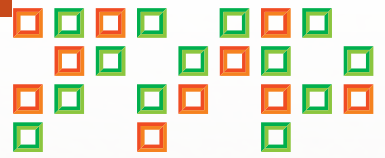
Nós nos conhecemos, mais de perto, quando presidente da Conab. Vimos a sua dificuldade. Partilhamos muito tempo juntos. Lança-

mos o Fórum Nacional da Agricultura que, de certa maneira, repercutiu aquilo que a ABAG discute há muitos anos.

O seu trabalho na área pública é absolutamente reconhecido, com a obtenção de grandes resultados. Na área privada mostra enorme competência. Negocia com países contrários ao Brasil, transformando-os em importadores de carne de frango e de suínos. Terminaremos dizendo o que me parece relevante a seu respeito: não conhecemos ninguém, dentro e fora do Brasil, que não goste dele. Esse é o maior prêmio da sua vida. Parabéns.

Para conhecer a história do homenageado acesse o link: <https://goo.gl/xkfq36>





FRANCISCO SÉRGIO TURRA

Estamos, naturalmente, muito felizes e emocionados. Vemos acontecer aquilo que projetávamos lá atrás e até com mais rapidez do que podíamos imaginar. Recordamos perfeitamente do dia surpreendente de receber do presidente Fernando Henrique o convite para ser ministro.

Sentamos, e falei de forma simples: “Presidente, sou do interior, de um pequeno município. Estou assustado com essa responsabilidade sobre meus ombros”. Ele disse: “Que coisa bonita. O Brasil mudou”. E falei ainda: “Visitei o Brasil todo, desde a calha do Purus, no Rio Madeira, e passei pelo Centro-Oeste, tudo. Estive na Conab. Quero lhe dizer para apostar numa coisa que dará certo e mudará a cara deste país. O Agro é a nossa vocação”. Ele disse: “Pois, sou um fazendeiro sofrido e frustrado”. Completei: “O senhor pode ser, mas quem se preparar mostrará a nossa razão”.

O Brasil é pródigo. Em se plantando, tudo dá mesmo. Aqui é extraordinário. Chega uma semente, a Embrapa transforma e fica melhor do que a do país de origem.

O mundo começou a ver o Brasil como grande fornecedor de alimentos. Nas nossas andanças, ninguém pergunta se o Brasil é fabricante de computadores, de automóveis. Vemos as pessoas preocupadas com a nossa produção de alimentos. A China, Índia, Rússia e outros países têm clima bem abaixo de zero. Nós, neste clima tropical, com água, solo e espaço para duas e três safras por ano.

Fazemos a nossa parte e andamos. Claro, há muito a persistir e percorrer. Imaginamos a nossa evolução: com 1,7 kg de ração produzimos 1 kg de carne de frango. Oferecemos um produto com sabor diferenciado. País tropical, com milho diferente e farelo de soja sem igual.

Quem pode atrapalhar o Brasil é o Brasil, com generalização e deturpação de informações. A destruição de nosso trabalho. Precisamos ser guerreiros para impedir isso. Queremos estar vivos para aplaudir e ver o que vem logo em seguida. Não os números dos próximos anos, mas a redenção do país. Passaremos, sim, pela grande produção.

Vivemos um momento político duro e difícil, mas não estamos preocupados. A razão e a solução disso são uma só: o voto. Nada que está aí foi colocado por milagre ou caiu do céu. Foi o voto mal

dado. A transformação virá pelo voto. O resto continuaremos a fazer sinceramente. A emoção toma conta de quem chega aqui. Receber um prêmio do Agro é diferente. A famosa frase do William Cowper é a mais verdadeira do mundo. “Deus fez os campos, e os homens, as cidades”. Deus fez os campos, e os campos brasileiros foram muito generosos. Só faltou isso.

Que Deus continue a abençoar a lavoura do Brasil.



HOMENAGEM ESPECIAL

À REDE GLOBO PELA INICIATIVA DA CAMPANHA “AGRO: A INDÚSTRIA-RIQUEZA NO BRASIL”



Gislaine Balbinot, gerente de Comunicação da ABAG, Sra. Mirna Aversa, diretora de Projetos Especiais da Rede Globo, e Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da ABAG

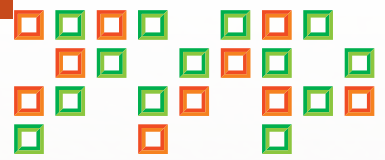


LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO

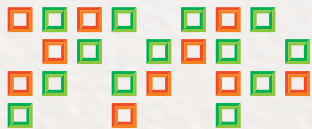
Tantas vezes conversamos, e o plenário pediu isso. Daí essa homenagem. É uma realização de qualidade extraordinária. Uma fonte que espalha a grandiosidade do Agro em todos os níveis e lares de uma forma realmente extraordinária. Difícilmente conseguiríamos esse resultado de valorização da imagem. As pessoas passam a entender o que é o Agro. Portanto nosso muito obrigado à Globo por esse trabalho magnífico.

MIRNA AVERSA

Choramos com as homenagens aos senhores João K e Francisco Turra. Agora é a nossa vez. É com alegria que celebramos essa homenagem da Associação Brasileira do Agronegócio. Em nome da Rede Globo, gostaríamos de agradecer a todos os amigos, parceiros e colegas do agronegócio. Um reconhecimento tão importante como este só nos dá a certeza de que estamos no caminho certo. E é isso que faremos. Continuaremos no trabalho para poder, cada vez mais, merecer a honra de contar com o apoio de todos.



TERMO DE COMPROMISSO ENTRE ABAG E IBGE



Roberto Olinto, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Durante o evento, foi assinado um termo de compromisso entre a ABAG e o IBGE, que formaliza a implementação de ações conjuntas para:

- Divulgar as atividades do Censo Agro 2017.
- Incentivar os produtores agropecuários associados a responder à pesquisa.
- Colaborar com as operações censitárias.
- Estimular o uso das informações produzidas pelo IBGE.

UMA GRANDE OPERAÇÃO COOPERATIVA

ROBERTO OLINTO

A assinatura desse Termo de Compromisso tem um caráter talvez mais amplo do que possa parecer. Será uma operação censitária, com redução no orçamento inicial de 50%. Esse Censo foi repensado de modo a ter um projeto técnico adequado e abrangente, mas com uma limitação orçamentária.

A partir daí, começamos a ter contatos com associações, de forma a criar algum tipo de colaboração.

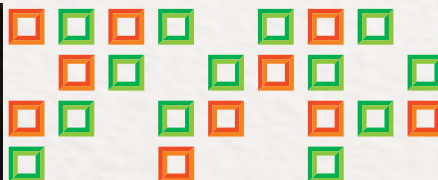
Pretendemos traçar um caminho mais amplo para a implementação de um sistema de informação, com as estatísticas e os dados geoespaciais, de forma cada vez mais cooperativa, entre o IBGE e as organizações fora do governo. A maioria dos países do mundo já trabalha nesse modelo. Se não podemos pensar na capacidade

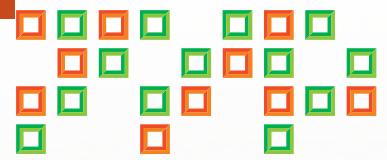
do orçamento do Governo Federal de sustentar grandes operações, vamos ser criativos e inovadores.

O IBGE também tem se empenhado no caminho de modernização do país, no sentido de não abrir mão dos registros administrativos e fiscais para uso da estatística.

Provavelmente, a maioria dos senhores recebe a visita da Receita Federal e, dois meses depois, o IBGE bate à sua porta, exatamente com a mesma coisa. Temos de pensar seriamente na modernização e compartilhamento das bases de dados de forma mais cooperativa. Precisamos de um país mais ágil e amplo na produção de dados. Esse é o pensamento do IBGE daqui para frente. Para assistir o vídeo do IBGE acesse o

link: <https://goo.gl/gsZXsG>





LANÇAMENTOS

Após o encerramento do 16º CBA, foi feito o lançamento do livro *Economia da Pecuária de Corte – Fundamentos e o ciclo de preços*, de Ivan Wedekin, Luiz Antonio Pinazza, Fernanda Lemos e Vinicius Vivo.



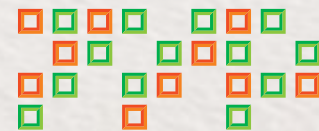
E o pré-lançamento do livro “Agronegócio, volumes 1 e 2”, coordenado por Tatiana Bonati Peres e Frederico Favacho.

PÚBLICO



5 mil

pessoas acompanharam os debates pela internet.



O 16º Congresso Brasileiro do Agronegócio contou com a presença de cerca de 800 pessoas na plateia, entre formadores de opinião, executivos de empresas do setor, produtores rurais e autoridades.

PARCERIAS DE MÍDIA

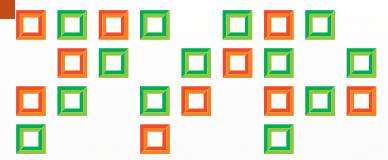


Foram firmadas **28**
parcerias de mídia para o evento.

WORKSHOP PARA JORNALISTAS

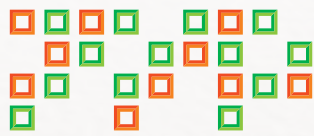


Pelo sétimo ano consecutivo, a ABAG, em parceria com a Associação Brasileira de Defesa Vegetal (ANDEF), o Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV) e o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (SINDIVEG), realizou um Workshop para Jornalistas, no dia 8 de agosto de 2017



REPERCUSSÃO

170 jornalistas credenciados



247 matérias publicadas



No Facebook, foram mais de **750** reações, entre curtidas, comentários e compartilhamentos.

O alcance chegou a **30.081** pessoas somente com as publicações a respeito do evento.

Já nas rádios, foram divulgadas quatro reportagens nos dias **2, 4 e 7**.

As matérias foram veiculadas em **1.174** rádios em **27** estados e **583** municípios.

As notícias tiveram repercussão em rádios dos Estados Unidos (Naugatuck – Connecticut) e do Paraguai (Bella Vista Norte).

Reserve na sua agenda para participar do próximo Congresso: 06 de agosto de 2018



Congresso Brasileiro do Agronegócio de 2017



www.abag.com.br

Patrocínio Master



Patrocínio



Apoio



Apoio Institucional

